



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS**

Fábio Pereira da Silva

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM ARTES VISUAIS / PICOS-PI

**JOÃO PESSOA-PB
2020**

Fábio Pereira da Silva

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM ARTES VISUAIS / PICOS-PI

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Paraíba em associação com a Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Artes Visuais, com área de concentração em Ensino de Artes Visuais no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Fábio Pereira da.
Formação continuada de docentes em artes visuais /
Picos-PI / Fábio Pereira da Silva. - João Pessoa, 2020.
89 f. : il.

Orientação: Erinaldo Alves do Nascimento Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Artes visuais - Ensino. 2. Formação continuada -
Docentes. 3. Educação básica. I. Nascimento, Erinaldo
Alves do Nascimento. II. Título.

UFPB/BC

CDU 7(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS UFPB/UFPE



Fábio Pereira da Silva

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM ARTES VISUAIS / PICOS-PI

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Artes Visuais, com área de concentração: Ensino de Artes Visuais no Brasil.

Aprovado em 07 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.ª Dr.ª. Fabíola Cristina Alves - PPGAV
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof.ª. Dr.ª. Sicília Calado Freitas – DAV/UFPB
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

DEDICATÓRIA

“Com gratidão, dedico esta pesquisa a Deus, a ele toda honra e toda glória. Dedico também a todos os professores, em especial aos que ministram o componente curricular Arte na Educação Básica”.

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço a Deus, por me proporcionar coragem para enfrentar os desafios durante a caminhada deste mestrado, desde a minha saída do interior do Piauí até João Pessoa, na Paraíba, sem conhecer absolutamente ninguém e sem recursos oriundos de bolsa de estudo. Foram várias as incertezas, e a vontade de desistir pesava mais ainda, mas Deus sempre esteve ao meu lado, concedendo-me coragem para superar os obstáculos, a ele minha gratidão.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Erinaldo Alves Nascimento, pelas orientações, dedicação e paciência durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à banca examinadora, em nome das professoras Dr^a. Fabíola Cristina Alves e Dr^a. Sicília Calado Freitas, pela disponibilidade e contribuições a esta pesquisa que, certamente, foram de grande relevância para o presente estudo. Agradeço a professora Dr^a. Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos, pela dedicação em ler minha pesquisa e fazer sugestões significativas para a conclusão dessa dissertação.

Em nome de Maria Emília Sardelich, sou grato a todo o corpo docente do Programa de Mestrado em Artes Visuais (PPVAG-UFPB/UFPE) e à Secretária Municipal de Educação de Picos-PI, por conceder-me o afastamento necessário para dedicação ao Mestrado.

As coisas não acontecem em nossas vidas por acaso, tudo tem um propósito para acontecer, às vezes, não conseguimos compreender bem o motivo delas irem acontecendo no nosso convívio, muitas outras coisas são fruto de nossas escolhas. Como dizia Cora Coralina, “o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada, caminhando e semeando, no fim terá o que colher”. Enfim cheguei até aqui, o depois não sei.

A todos(as), os meus sinceros agradecimentos, e com todos vocês compartilho essa alegria e experiência maravilhosa.

RESUMO

A presente dissertação é fruto de um processo de reflexão vivenciado a partir da minha trajetória profissional como professor de Arte da rede municipal de ensino da cidade de Picos-PI, e tem como objetivo geral compreender o perfil, a participação e avaliação dos docentes que ministram o componente curricular Arte no Ensino Fundamental II, em formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI (SEME). As perguntas que mobilizam a pesquisa são as seguintes: como está sendo proporcionada e qual a avaliação dos docentes de Arte que já participaram ou participam de formações continuadas ofertadas pela Secretária Municipal de Educação de Picos-PI? Quais seriam, na avaliação desses docentes, seu perfil, as dificuldades e as potencialidades dessas formações para o ensino de Artes Visuais? O referencial teórico está fundamentado nas contribuições de Barbosa (2015), Brasil (2017), Ferraz e Fusari (2009-2010), Fonseca da Silva e Buján (2016), Nóvoa (2002), Souza (2018), Vasconcelos (2011), entre outros autores relevantes para esta pesquisa. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, mediante a aplicação de questionário e entrevista aos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para a interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). Os resultados indicam que as formações continuadas para docentes de Arte ofertadas pela SEME/PI demarcam contribuições significativas para os professores, visto que de fato agregam novos conhecimentos que necessitam levar em consideração premissas de suas experiências profissionais. Portanto, as decorrências desta pesquisa também mostram que as formações devem ser repensadas, ou seja, precisam ser objeto de reflexão, com vistas a terem um olhar mais concentrado nesse modelo de formação que são ofertados aos professores de Arte da referida rede de ensino. Os resultados do estudo sinalizam e apresentam contribuições para uma reflexão sobre as potencialidades das formações continuadas intensificarem e fortalecerem as práticas pedagógicas dos professores da Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVES: Formação continuada. Docente. Artes Visuais. Educação Básica.

FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES EN ARTES VISUALES EN PICOS-PI

RESUMEN

La presente disertación es el resultado de un proceso de reflexión vivido desde mi carrera profesional como docente de Arte en la red educativa municipal de la ciudad de Picos-PI, y su objetivo general es conocer el perfil y participación de los Maestros de Arte de Educación Primaria II en la formación continua que ofrece la Secretaría de Educación Municipal de Picos-PI y analizar la valoración que hacen estos profesionales en relación a estas formaciones. Las preguntas que motivaron la investigación son las siguientes: ¿Cómo se está impartiendo la formación continua de los profesores de Arte, en el ámbito de la Secretaría de Educación Municipal de Picos-PI (SEME)? ¿Cuál es el perfil de los docentes que participan o han participado en estos cursos de formación que ofrece la SEME y cómo evalúan estos profesionales los cursos de formación? ¿Cuáles serían, en la evaluación de estos docentes, las dificultades y potencialidades de estas formaciones sugeridas para la enseñanza de las Artes Visuales? El marco teórico se basa en las contribuciones de Barbosa (2015), Brasil (2017), Ferraz y Fusari (2009-2010), Fonseca da Silva y Buján (2016), Nóvoa (2002), Souza (2018), Vasconcelos (2011), entre otros autores relevantes para esta investigación. La metodología utilizada es de carácter cualitativo, mediante la aplicación de un cuestionario y entrevista a los sujetos de la investigación. Para la interpretación de los datos se adoptó el análisis de contenido propuesto por Bardin (2011). Los resultados indican que la formación continua para profesores de Arte que ofrece la SEME / PI marca aportes significativos para los profesores, quienes deben tener en cuenta las premisas de sus experiencias profesionales. Por tanto, los resultados de esta investigación muestran que las formaciones deben ser repensadas, es decir, deben ser objeto de reflexión, con miras a tener una mirada más concentrada en este modelo de formación que se les ofrece a los profesores de Arte de la red escolar. Los resultados del estudio señalan y presentan aportes a una reflexión sobre el potencial de la educación continua para intensificar y fortalecer las prácticas pedagógicas de los docentes de Educación Básica.

PALABRAS-CLAVE: Formación continua. Maestro. Artes visuales. Educación básica.

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFAPRO-MT	Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
EAB	Movimento Escolinha de Arte do Brasil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCN	Parâmetros Curriculares de Nacionais de Arte
PPGAV	Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais
PNE	Plano Nacional de Educação
SALIGAV	Salão do Livro do Vale do Guaribas
SEME	Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Descritores de todos os campos da base de dados	22
Quadro 2	Descritores do título na base de dados	23
Quadro 3	Amostra do censo escolar 2019 - INEP	45
Quadro 4	Perfil Profissional dos Participantes	55
Tabela 1	Entrevista com coordenador de Arte	48
Tabela 2	Direito e garantia dos professores a formação	57
Tabela 3	Perspectiva dos professores das formações continuadas	59
Tabela 4	Visão dos professores sobre formação continuada	60
Tabela 5	Participação dos professores em formações	62
Tabela 6	As formações afetam em suas ações de sala de aula	64
Tabela 7	Resposta a questão problema	66
Tabela 8	Participação em cursos Ead e PARFOR	68
Tabela 9	Repensar a formação continuada em Arte	69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Mapa do Piauí	38
Imagem 2	Picos-PI em 1957	39
Imagem 3	Vista panorâmica da cidade de Picos-PI	40
Imagem 4	Igreja Nossa Senhora dos Remédios	41
Imagem 5	Museu Ozildo Albano em Picos-PI	43
Imagem 6	Palestra no SALIGAV	44
Imagem 7	Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI	46
Imagem 8	Escolas Municipais de Picos-PI	47
Imagem 9	1º Formação de Professores de Picos-PI	50
Imagem 10	2º momento da Formação continuada	51
Imagem 11	Nuvem de palavras	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Procedimentos metodológicos	15
1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O ENSINO DE ARTE	20
1.1 A Formação Continuada em Artes Visuais em discussão	21
1.2 O componente curricular Arte e a legislação brasileira	26
1.3 O ensino da Arte e a Base Nacional Comum Curricular	30
2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ARTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE PICOS-PI	32
2.1 Programas e cursos de formação continuada para professores	34
2.2 Campo empírico da pesquisa: Picos-PI	38
2.3 Cultural visual local	41
2.4 Contexto educacional da cidade de Picos-PI	44
2.5 Estruturas Educacional do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI	45
2.6 Formações implantadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI	48
3 FORMAÇÃO CONTINUADA EM ARTE: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
3.1 Perfil Profissional dos Professores de Arte	54
3.2 Entender a formação continuada de professores como direito e garantia na legislação.....	56
3.3 Apresentação, interpretação e discussão dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários aos professores de Arte.	58
3.4 Exploração do material.....	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE - A - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE ARTE	84
APÊNDICE - B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR	86
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	87
TERMO DE ANUÊNCIA	89

INTRODUÇÃO

A formação continuada para os profissionais do magistério é um direito garantido a todos os docentes da Educação Básica. Está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 62, e inciso § 1º que: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)”. O debate sobre formação continuada de professores engloba todas as etapas e níveis da Educação Básica. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objeto de estudo compreender a participação e avaliação dos professores de Arte que atuam no Ensino Fundamental II, em formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-Piauí. Como afirma Oliveira (2008, p.2), “a palavra docência tem suas raízes no latim, *docere*, que significa ensinar, instruir, mostrar e dar a entender”. Arte também vem do latim, *ars*, e quer dizer articular, ação de construir, juntar as partes e a etimologia da palavra ensino, está relacionada com transmissão de conhecimento.

O interesse por este tema de pesquisa surgiu a partir da minha trajetória profissional como docente efetivo do referido sistema municipal de ensino, após minha lotação como professor de Arte do Ensino Fundamental I e II, no ano de 2007. Durante todos esses anos, trabalhei em várias escolas municipais, e me deparei com vários docentes, muitos dos quais assumiam a responsabilidade de ministrar o componente curricular Arte, no Ensino Fundamental II, simplesmente para complementarem suas cargas horárias de trabalho. Constatei muitos casos de professores sem licenciatura específica na área de artes e sem domínio de conteúdo para articular as quatro linguagens artísticas (artes visuais, música, dança e teatro), que são propostas nos livros didáticos desse componente curricular, adotados pela SEME (arte por toda parte)¹, fragilizando, assim, o ensino da Arte.

A presente temática, notadamente “*Formação continuada de professores de Arte*”, foi algo que desejei pesquisar no mestrado por ser um tema presente na minha trajetória profissional, como também por ser algo que possibilite pensar o viés da educação continuada na perspectiva do contexto atual.

¹ Coleção de livros didáticos adotado no nível de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) pelo Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI.

Compreendo que a formação continuada para professores de Arte é relevante e necessária principalmente em um cenário em que os profissionais que ministram esse componente curricular não possuem formação na área específica. Como afirma Kuenzer (1999, p.176), “o novo modelo de formação de professores responde às novas demandas do mundo do trabalho, do ponto de vista da acumulação flexível”. Partindo desse pressuposto, a formação continuada deve acontecer permanentemente, a fim de atender às novas realidades do contexto escolar.

Diante desses pressupostos, destaco a relevância de discutir com mais propriedade a implementação de políticas públicas educacionais voltadas à educação continuada de professores no cenário da Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental II. As discussões atuais sobre a formação continuada de professores de Arte é uma caminhada, na perspectiva do olhar e refletir sobre o processo associado ao fazer do professor, voltado para responder às inquietações e desafios vivenciados nessa trajetória como educador.

Podemos salientar que a década de 1990 foi o período de ascensão das formações continuadas de professores, dada a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. O artigo 62-A, parágrafo único, destaca que:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996, Art. 62-A).

Pode-se compreender que, de acordo com a LDB 9394/1996 (BRASIL, 1996), é possível constatar que a educação continuada de docentes é mencionada como um dever do Estado, porém cabendo às instâncias federais, distritais, estaduais e municipais a responsabilidade de promover e garantir esses eventos, em regime de colaboração. Segundo Dias (2010, p.80), a “formação contínua (deve ser sistemática) e continuada (deve ter uma sequência lógica de encaminhamento, ter continuidade) dos professores”. É relevante diferenciar os termos contínua e continuada. O primeiro deve ser entendido como um processo continuado de aperfeiçoamento dos saberes por parte de cada profissional, que devem seguir uma ordenação ou método; e o segundo, por sua vez, deve ser entendido como uma educação que acontece depois da formação inicial, de frequência regular e com apoio institucional. Esses termos, na maioria dos casos, são utilizados como sinônimos.

Do período de 1990 até os dias atuais, foram implantadas algumas legislações voltadas à formação de professores no Brasil. A implementação de ações e diretrizes voltadas para a formação continuada docente no contexto da Educação Básica está contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em consonância com a resolução do CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que estabelece, em seu Art. 58, a seguinte premissa:

A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será contemplado no projeto político-pedagógico. (BRASIL, 2010, p. 18).

O debate sobre formação docente na área de Arte no Brasil é de suma relevância por ser um componente curricular obrigatório da educação escolar, embora a discussão sobre a formação de professores no país apareça como uma questão socialmente problematizada, como um campo de discussão e reflexão que tem sido abordado de maneira insuficiente, ainda permanece como um ponto amplo que merece discussão, a respeito da relevância dos aspectos que permeiam a profissionalização docente, tais como: carreira, formação inicial, formação continuada e os desafios que a categoria enfrenta na sua trajetória profissional.

Tendo em vista essa problemática que envolve o processo de formação continuada de professores no Brasil, e que notadamente abrange a formação continuada na área de Arte como componente curricular da Educação Básica, a escolha desta temática ganha relevância na área educacional, ao mesmo tempo em que levanta os seguintes problemas:

- Como está sendo proporcionada e qual a avaliação dos docentes de Arte que já participaram ou participam de formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI?
- Quais seriam, na avaliação desses docentes, seu perfil, as dificuldades e as potencialidades dessas formações oferecidas para o ensino de Arte?

Os questionamentos surgem de diferentes fontes, principalmente de leituras de artigos científicos, dissertações, livros e de outras discussões já realizadas no âmbito acadêmico. A partir dessas leituras, surgiu o seguinte questionamento: as formações continuadas para professores de Arte, ofertadas pela Secretaria Municipal de

Educação de Picos-PI (SEME), atendem às demandas dos docentes que ministram esse componente curricular no Ensino Fundamental II?

A partir dessas questões ou problemas, elaborou-se o objetivo geral, que visa: compreender o perfil, a participação e avaliação dos docentes que ministram o componente curricular Arte no Ensino Fundamental II, em formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI (SEME).

Com base no objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Traçar o perfil dos docentes que ministram aulas de Arte no Ensino Fundamental II das escolas do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI;
- Identificar como a formação continuada de professores de Arte vem sendo ofertada no Sistema Municipal de Ensino da cidade de Picos-PI;
- Distinguir os tipos de abordagens de formações continuadas que os docentes de Arte recebem ou vêm recebendo na cidade de Picos-PI;
- Elucidar como os professores de Arte do Ensino Fundamental II avaliam suas participações em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desse estudo, a vertente metodológica escolhida foi a abordagem qualitativa, aliada ao tipo de pesquisa definida como bibliográfica, com vistas a apresentar, analisar, descrever e interpretar os fenômenos aqui investigados. De acordo com Marques (2006, p.35), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de um entendimento detalhado dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Nesse sentido, é possível afirmar que:

A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores (CRESWELL 2010, p. 209).

O estudo amparado em abordagem qualitativa se preocupa com a interpretação das informações, valorizando a comunicação entre o pesquisador e o pesquisado. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é uma técnica de revisão da literatura sobre os

principais autores ou legislação que norteiam o objeto de pesquisa. Em concordância com Cervo e Bervian (1976, p.69) “qualquer tipo de pesquisa, em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia quer para o levantamento da situação em questão ou para a fundamentação teórica”. Desse modo, o estudo bibliográfico aqui realizado fundamentou-se em autores como: Barbosa (2015), Brasil (2017), Ferraz e Fusari (2009-2010), Fonseca da Silva e Buján (2016), Nóvoa (2002), Souza (2018) e Vasconcelos (2011), bem como as contribuições teóricas de outros autores que tratam sobre o assunto.

Os principais sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram o coordenador de Arte da SEME e cinco professoras que ministram o componente curricular Arte em diferentes escolas da zona urbana no nível de Ensino Fundamental II², que compõe o Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI. Os referidos sujeitos se disponibilizaram a participar da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado e explicado aos participantes da pesquisa, como é de praxe em pesquisas dessa natureza (que envolve seres humanos).

Num primeiro momento, projetava-se a participação de todos os docentes de Arte lotados da zona urbana da cidade de Picos-PI, que seria um total de oito professores, porém três deles não aceitaram participar da pesquisa, justificando que, mesmo ministrando aulas de Arte, não teriam propriedade para falar sobre o assunto, como também por não terem disponibilidade e não serem formados nessa área do conhecimento.

Os sujeitos envolvidos em uma pesquisa constituem o universo daquilo que se deseja pesquisar. De acordo com Chizzotti (2001, p.83), “todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. Portanto, podemos entender que os envolvidos na pesquisa são pessoas que contribuem e produzem conhecimentos ou fenômenos sobre o que se pretende analisar ou compreender.

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados, com questões abertas do tipo dissertativas, e aplicados aos professores de Arte participantes da pesquisa, a fim de colher informações relacionadas à formação

² Os docentes participantes são lotados nas seguintes escolas: Escola Municipal Antônio Marques, Escola Municipal Padre Madeira, Escola Municipal Justino Luz, Escola Municipal Elpídio Monteiro e Escola Municipal Timóteo Borges de Aguiar.

continuada na área de Arte. A respeito do uso de questionários em pesquisas científicas, Oliveira (2010) esclarece que:

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários tem como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 2010, p.83).

Além da aplicação do questionário junto aos docentes, foi necessário realizar uma entrevista estruturada especificamente voltada ao coordenador de Arte da SEME, profissional responsável por coordenar o componente curricular Arte no referido sistema de ensino. A entrevista teve como objetivo identificar como são ofertados, no âmbito da SEME, os cursos de educação continuada para os professores desse componente curricular.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados muito utilizada no meio acadêmico e científico. De acordo com Macedo (2010, p.104), “a entrevista é um rico e pertinente recurso metodológico para a apreensão de sentidos e significados e para compreensão das realidades humanas”. De fato, a entrevista fornece informações potenciais ao pesquisador e lhe permite a consecução dos objetivos pretendidos.

Para tanto, e visando enriquecer as informações coletadas, o presente estudo também adotou a técnica de observação sistemática em campo de pesquisa, que foi realizada em cursos de formação continuada ofertados pela Secretária Municipal de Educação de Picos-PI. De acordo com Marconi & Lakatos, (1999, p.90), “a técnica de observação consiste em ver, ouvir e examinar o fenômeno estudado, por isso pressupõe um contato direto com a realidade”. Essa metodologia de observação em campo contribuiu com a análise e interpretações complementares dos dados coletados nos questionários.

A análise dos dados foi organizada preliminarmente em busca das respostas da pesquisa. Conforme Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. De acordo com essa definição, entende-se que a análise de conteúdo é a técnica de analisar informações e comunicações, e tem como finalidade transpor as incertezas e dificuldades, além de melhorar e enriquecer a leitura das informações colhidas. Para os dados coletados nos questionários foram selecionadas quatro categorias: perfil

profissional dos professores de Arte; entender a formação continuada de professores como direito e garantia na legislação; apresentação, interpretação e discussão dos resultados obtidos e a exploração do material, representada por uma nuvem de palavras. O método utilizado para analisar os dados qualitativos foi por meio do software *word art*.

Os procedimentos éticos para a realização desta investigação aconteceram por se tratar de uma pesquisa com seres humanos. Seguimos as sugestões e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba. Submetemos o projeto de pesquisa e os instrumentos de coletas de dados, os quais foram aprovados via parecer, em 18 de junho de 2020. A pesquisa não apresentou riscos ou desconforto aos sujeitos envolvidos, uma vez que não envolve procedimentos invasivos ou dolorosos às suas imagens. Os sujeitos envolvidos no estudo tiveram seus nomes e informações preservados, ao mesmo tempo em que gozaram de plena liberdade para participar ou não da pesquisa. Desse modo, foram cumpridos todos os preceitos éticos necessários para a realização de um estudo que envolva seres humanos. Respeitando os princípios e valores morais de cada um.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro enfatiza sobre *“As políticas educacionais de formação continuada de docentes e seus desdobramentos para o ensino de Arte”*. Realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a temática pesquisada e um recorte da trajetória do componente curricular Arte na legislação brasileira, na BNCC e especialmente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, com a finalidade de mostrar, ao longo do tempo, fragilidades, desafios, avanços e retrocessos do ensino de Arte no Brasil.

O segundo capítulo aborda a *“Formação continuada de professores de Arte no contexto educacional da cidade de Picos-PI”*. Analisa e busca compreender a literatura de autores que contribuem com o estudo, destacando as implementações e programas de formações para professores no contexto histórico, cultural e educacional da cidade de Picos-PI, centrando nas formações implantadas pela Secretaria Municipal de Educação. Serve-se, também, da entrevista realizada com o coordenador de Arte da SEME-PI.

O último capítulo enfatiza sobre a *“Formação Continuada em Arte: avaliação e discussões dos resultados”*, com ênfase nos questionários respondidos pelos docentes participantes da pesquisa. As discussões e reflexões das informações

dialogam com citações de autores que tratam sobre o assunto. Para a interpretação dos dados, optou-se pela abordagem de cunho qualitativo utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, fundamentada nas autoras Laurence Bardin (2011) e Laura Franco (2012). Por fim, são ressaltadas as considerações finais e sugestões a respeito dos desafios, reflexões e avanços das formações continuadas garantidas aos professores da Educação Básica.

1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O ENSINO DE ARTE

Os cursos de formação continuada para docentes podem ser compreendidos como programas ofertados visando ao desenvolvimento profissional do professor, com a finalidade de buscar novas experiências e de ampliar os conhecimentos teóricos e metodológicos para serem agregados em suas práticas cotidianas na sala de aula. As políticas educacionais para formação dos profissionais de educação desenvolvidas no contexto educacional brasileiro ganharam diferentes nuances depois da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96. Nesse sentido, entendemos que essas políticas educacionais estão relacionadas com questões governamentais que dialogam com a sociedade e o Estado.

Esse debate sobre políticas educacionais voltadas para a formação continuada de educadores ganha maior relevância em virtude das grandes mudanças que vêm ocorrendo no campo educacional nesse momento em que o mundo vivencia a pandemia da Covid-19. Repensar as concepções de formação continuada é indispensável em época de pandemia, criando modelos de reuniões através de plataformas virtuais e utilizando recursos digitais, que nos levam cada vez mais a compreender o educador como um profissional ativo de aprendizagem, com práticas reflexivas e não espontaneísta exigidas de acordo com os desafios impostos pelo momento atual.

Em concordância com Nóvoa (2002, p.59) “a formação contínua pode constituir-se em importante espaço de rupturas, de contestações, de resistências, defendendo que as diversas instâncias devam promovê-la”. O autor enfatiza sobre a importância do professor participar dessas formações como personagem principal, com a finalidade de fortalecer as formações entendendo-as como espaço de aperfeiçoamento profissional, conhecimentos necessário e aprimoramento de suas próprias práticas de sala de aula. Libânio (2004), afirma que:

A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho, e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. Ela é condição para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. Pois, é na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho

e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais (LIBÂNEO, 2004, p.189).

Dessa forma, podemos compreender a formação continuada como novas metodologias em transformações que auxiliam e colaboram com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Podemos destacar o Decreto de nº 8.752, de 09 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com ênfase no seu Art. 2º, inciso VII, ao destacar que: “a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissional” (BRASIL, 2016, p.5). É relevante enfatizar a formação continuada de professores de forma ampla como recurso de apoio ao educador.

Compreende-se que a política educacional é um termo relacionado à participação das pessoas em tomadas de decisões, que tem como finalidade definir uma situação específica. Segundo Oliveira (2010, p. 35), “a política educacional é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar”. Entende-se que as políticas públicas educacionais influenciam a qualidade do ensino e são de suma importância para as ações e implementações de formações continuadas para os professores da Educação Básica. Nesta perspectiva, compreende-se que as políticas educacionais estão relacionadas com a qualidade da educação, mas nem sempre são implementadas como deveriam ser, e dificilmente trazem os resultados desejados.

1.1 A Formação Continuada em Artes Visuais em discussão

A partir dessa temática foi realizado um levantamento bibliográfico sobre Formação Continuada de Professores de Artes Visuais na Educação Básica. A justificativa deste estudo veio da necessidade de conhecer o que vem sendo produzido sobre a formação continuada de professores de Artes Visuais no Brasil, com vistas a subsidiar esta pesquisa.

O percurso metodológico deste trabalho se deu por meio de levantamento bibliográfico para elaborar o estado da questão, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram analisados títulos, resumos, metodologia, questão problema e palavras-chaves de dissertações de mestrado e teses de doutorado relativamente ao tema proposto neste trabalho. Dentre os dados obtidos, foi possível selecionar quatro dissertações relevantes e condizentes com esta proposta de investigação. Este levantamento contribuiu para termos uma visão sobre quais pesquisas abordam o tema na área da formação continuada de professores de Artes Visuais da Educação Básica, que pudessem contribuir teoricamente na consecução dos objetivos almejados.

Entende-se que o estado da questão tem como finalidade levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o seu tema ou o objeto de sua investigação no cenário atual da ciência ou campo de conhecimento. Esse levantamento tem como finalidade delimitar e caracterizar o objeto específico de investigação de interesse do pesquisador. Portanto, explorar o Estado da Questão:

[...] é uma maneira que o estudante/pesquisador pode utilizar para entender e conduzir o processo de elaboração de sua monografia, dissertação ou tese, ou seja, de produção científica com relação ao desenvolvimento de seu tema, objeto de sua investigação. É um modo particular de entender, articular e apresentar determinadas questões mais diretamente ligadas ao tema (NOBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2010, p. 36).

Pode-se entender que o Estado da Questão é uma das etapas mais importantes do trabalho científico ou de pesquisa, pois faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado. Suas fontes de consultas são em banco de dados (públicos e privados), principalmente consultando dissertações e teses já produzidas sobre o assunto. Além disso, esta etapa concorre para melhorar e desenvolver conceitos ou definições importantes para a pesquisa.

Os descritores utilizados foram: Formação continuada; Professores; Artes Visuais; Picos-Piauí. Esse levantamento foi realizado em dissertações e teses, no período de 2010 a 2020, por ser um período considerado recente. O quadro 1, apresenta os achados em relação ao que foi encontrado na base de dados.

Quadro 1 - Descritores e quantidade de pesquisas por descritor no período de 2010 a 2020, utilizando todos os campos da base de dados.

DESCRITORES	QUANTIDADES		
	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
Formação continuada	6.243	2.443	8.686
Professores	3.828	1.304	5.132

Artes Visuais	25	10	35
Picos-Piauí	0	0	0

Fonte: BDTD/IBICT. Pesquisa realizada em 01/09/2020.

De acordo com o levantamento feito na base de dados, utilizando *todos os campos* da base e pesquisando as palavras-chave, foram encontradas um total de 8.686 pesquisas relativamente ao descritor formação continuada, ao passo que, utilizando a palavra-chave professores, apareceram um total de 5.132 pesquisas em diversas áreas do conhecimento, entre dissertações e teses. Por outro lado, ao conjugar o descritor formação continuada de professores com a palavra-chave Artes Visuais, o número total de pesquisas localizados reduziu para 35 pesquisas.

Conforme apresenta o quadro1, percebe-se que durante uma década (2010-2020) há poucas pesquisas que abordam a formação continuada de professores em Artes Visuais, especificamente nos cursos de pós-graduação stricto-sensu. Desse modo, contata-se a necessidade de pesquisar mais sobre o tema, a fim de termos uma visão ampla do que está sendo produzido e o que já foi pesquisado sobre essa temática. Sobre esse tema, o estado do Piauí especificamente na cidade de Picos, nenhuma dissertação ou tese foram encontradas, por isso a importância e a necessidade de se pesquisar sobre esse assunto.

Quadro 2 - Descritores e quantidade de pesquisas por descritor no período de 2010 a 2020, pesquisando pelo título na base de dados.

DESCRITORES	QUANTIDADES		
	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
Formação continuada	937	281	1.218
Professores	658	202	860
Artes Visuais	2	1	3
Picos-Piauí	0	0	0

Fonte: BDTD/IBICT. Pesquisa realizada em 01/09/2020.

O Quadro 2, apresenta o levantamento feito apenas pelo *título* das pesquisas, cujos resultados foram diferentes dos encontrados no quadro 1, pois o número de trabalhos reduziu bastante. O panorama das pesquisas mapeadas até aqui permite concluir que são poucas as investigações sobre formação continuada de professores de Artes Visuais e, delimitando para o estado do Piauí, não foi encontrado nenhuma pesquisa nessa área.

Entre os estudos mapeados por meio da base de dados, foram selecionados quatro trabalhos que se aproximaram do viés de investigação proposto nesta

pesquisa, especialmente no âmbito dos aportes teórico-metodológicos, observando os aspectos de sua natureza, relevância e consonância ao problema de pesquisa aqui levantado. Nessa linha de enquadramento bibliográfico, realizou-se a leitura da dissertação com foco nos títulos, resumos, metodologia, questão problema e palavras-chave das quatro produções selecionadas, consideradas como sendo de suma importância para o desenvolvimento do objeto de investigação do presente estudo.

Vasconcelos (2011), em sua dissertação *Narrativas no Ensino de Artes Visuais em Juazeiro-BA e Petrolina-PE* enfatizou discursos de quatro professores que trabalham com o componente curricular Arte em duas escolas municipais, sendo uma da cidade de Juazeiro-BA e a outra da cidade de Petrolina-PE, utilizando caminhos metodológicos de análise qualitativa, com foco nas narrativas dos sujeitos entrevistados.

O foco da pesquisa de Vasconcelos (2011) se aproxima do viés de investigação aqui proposto por ser direcionada ao contexto escolar, na linguagem das Artes Visuais, por apresentar uma metodologia com abordagem qualitativa. Os instrumentos para coleta de dados utilizados pela autora supracitada foram entrevistas e questionários, aplicados a professores de Arte dos anos finais do Ensino Fundamental.

Seu trabalho contempla a seguinte questão-problema: Pode a formação inicial e continuada influenciar nas escolhas de abordagem de ensino e de procedimentos didáticos em uma prática pedagógica reflexiva e crítica do professor no ensino de artes visuais? Os resultados da investigação de Vasconcelos possibilitaram um olhar especial às narrativas dos professores de Artes Visuais nas escolas pesquisadas. Como resultado de sua pesquisa, a autora conclui a necessidade de formação inicial e continuada para os professores da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Portanto, o referido trabalho contribuiu para uma melhor compreensão e formulação da problematização no tocante ao tema em torno do qual o presente estudo está focado.

Souza (2018), em sua pesquisa *Formação Continuada em Música na Rede Pública Municipal de Educação de João Pessoa*, destacou, na sua questão-problema: como os professores de música do Ensino Fundamental da rede pública municipal de João Pessoa, percebem a formação continuada em relação às demandas de suas salas de aulas? Para responder à pergunta, o objetivo geral foi formulado da seguinte maneira: "investigar como os professores de música percebem a formação continuada

em relação às demandas de sala de aula". Em seu procedimento metodológico, a pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, fazendo uso da aplicação de questionário, com perguntas do tipo objetivas e subjetivas, e tendo como público-alvo os professores de música da rede municipal de ensino.

Os resultados obtidos no trabalho de Souza (2018) trazem um panorama sobre o ensino de música na rede municipal de ensino de João Pessoa, apresentando o perfil dos professores desse campo profissional. Reflete também sobre a diversidade sociocultural dos contextos de ensino e a compreensão dos professores sobre a formação continuada diante das demandas de sala de aula. Notadamente, é um trabalho bastante relevante, por pesquisar a formação continuada em uma rede municipal de ensino, por abordar percepções de professores em sala de aula e por utilizar uma metodologia de vertente qualitativa, com aplicação de questionários aos sujeitos-alvos do estudo.

Na dissertação de Hoffmann (2012), traz como título a *Formação Continuada de Arte/Educadores nos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (2009-2010)*, a autora explora o seguinte problema: que formação está sendo proporcionada nos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do estado de Mato Grosso (CEFAPRO-MT) aos professores que atuam com Artes e quais são suas implicações enquanto política de formação continuada? Essa problematização ajudou no aperfeiçoamento do problema de pesquisa desta atual dissertação de mestrado, além disso, outros pontos da pesquisa de Hoffmann corroboram com o presente estudo, havendo como pontos semelhantes a metodologia adotada, que é uma abordagem qualitativa, e a coleta de dados, realizada por meio de entrevista.

Outro estudo relevante nessa área é o trabalho de Menezes (2013), que tem como título *Formação Continuada de Professores no Município de Caucaia: entre a formação e a prática do ensino de Arte na Educação Infantil*. A pesquisadora destaca como objetivo geral: compreender a relação entre a formação continuada e as práticas de ensino em Arte dos professores da Educação Infantil de seis escolas municipais da cidade de Caucaia-Ceará". A autora adota uma metodologia qualitativa e os dados foram coletados por meio de entrevistas. Participaram do estudo seis professores que lecionam na Educação Infantil. O referido trabalho tem grande relação com a minha pesquisa, por enfatizar a formação, os saberes e discutir a necessidade da formação continuada, bem como a compreensão de sua relevância para os professores de Arte

voltadas para Educação Infantil. Além disso, o trabalho de Menezes possibilitou a ampliação de referenciais teóricos pertinentes nessa área de pesquisa, dentre os quais destaco: Barbosa (2008) e Pimenta (2000), entre outros.

Considerando a leitura das dissertações selecionadas, é possível concluir que esses estudos colaboraram com a construção da presente dissertação, por abordarem temática, referencial teórico, metodologia, atores envolvidos, coleta de dados e problematização semelhantes. A formação continuada de professores em Artes Visuais estimula discussões mais efetivas, com vistas a buscar alternativas para a construção de conhecimento mais amplo, crítico e reflexivo.

A finalidade desse levantamento bibliográfico foi conhecer as pesquisas sobre formação continuada de professores de Arte na Educação Básica. A leitura e análise das dissertações permitiram a produção de um mapeamento bibliográfico, de modo que apenas quatro delas se enquadram ao tema da dissertação. Entende-se que a questão da formação continuada docente estimula discussões necessárias e relevante na busca de alternativas na construção de um saber docente mais eficiente e eficaz. Enfim, elaborar o estado da questão sobre o tema/objeto de pesquisa é de suma relevância para que se conheça o que já foi produzido ou está sendo pesquisado no cenário atual em relação a temática investigada.

1.2 O componente curricular Arte e a legislação brasileira

O componente curricular Arte, antes denominado Educação Artística é incluída na educação escolar a partir da Lei de Diretrizes e Bases de N° 4024/1961, o ensino de Arte foi inserido pela primeira vez em uma lei, mais não como disciplina e, sim como atividade complementar. A LDBEN de 1961, no seu Art. 38, inciso IV, determinava que nas escolas deveriam existir atividades complementares de iniciação artística. De acordo com os PCNs (1997), “na primeira metade do século XX, por volta da década de 1960, as disciplinas Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico estavam inseridos no currículo das escolas primárias e secundárias”. (BRASIL, 1997, p.23). O ensino de Arte naquela época estava voltado para a transmissão de conteúdos, os quais precisavam ser reproduzidos, ou seja, não havia preocupação com a realidade social dos alunos, prevalecendo, portanto, a pedagogia tradicional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961 (1ª LDB), propôs a introdução da Arte nos currículos escolares; contudo, o processo foi interrompido pelo golpe militar de 1964, o qual acarretou mudanças na organização política, social e econômica do Brasil. O acesso à educação foi ampliado, porém, a escola não estava preparada para receber alunos de origens sociais e culturais distintas e peculiares. Para atender à demanda, foi instituído um ensino com um caráter técnico, levando a educação a um processo de decadência (SALA, 2013, p.35).

O movimento Escolinha de Arte do Brasil (EAB), que surgiu em 1948, no Rio de Janeiro, criado pelos artistas Augusto Rodrigues, Lúcia Alencastro Valentim e pela norte-americana Margareth Spencer colocou em evidência as distintas expressões artísticas (pintura, dança, poesia, teatro, desenho, entre outras linguagens) e atendia ao público infantil. Esse movimento foi de suma importância como alternativa institucional e educacional na posterior oficialização da Arte na educação escolar.

No ano de 1971, é aprovada a segunda versão da LDBEN de nº 5692/1971, que também contemplou o ensino de Arte nos currículos das escolas, mas não como disciplina e, sim como “Atividade Educativa”, sob a nomenclatura “Educação Artística”, obrigatória nas escolas de 1º e 2º graus, atualmente denominados Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. O Artigo 7º dessa lei constituiu como obrigatoriedade a incorporação de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos das escolas de 1º e 2º graus. O ensino de Arte, naquele período, atuou como “atividade educativa”, e não como uma disciplina com conteúdo próprio.

Para Gohn (1992, p.43), “os movimentos sociais populares dos anos 1970 e 1980 representaram formas renovadas de educação popular.” O que se verificou nesse período foi que muitos Arte-Educadores se organizaram para formar as associações de educadores, visando promoverem encontros e debates sobre o ensino de Arte no Brasil. Tentavam fortalecer o movimento crítico e reivindicatório, que buscava mudanças no sistema educacional. Esses movimentos foram de suma relevância para o fortalecimento e conquista da obrigatoriedade do ensino de Arte na Educação Básica, contemplada somente com a LDBEN de nº 9394/96, que no seu Art. 26, parágrafo 2º, afirma: “O ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da Educação Básica.” Antes da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1996, a Educação Básica brasileira foi sendo gradativamente descentralizada. Houve maior autonomia para os sistemas de ensino estadual e municipal, além de um

crescimento na rede privada de ensino, principalmente na expansão da educação superior em todo país.

Mesmo com a nova versão da LDBEN, Lei de nº 9394/1996, o ensino de arte sofreu diversas alterações. Podemos destacar a reforma do Ensino Médio, que através da Medida Provisória nº 746/2016 previa a extinção em relação à obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Arte da grade curricular do Ensino Médio. Muitos protestos e mobilizações estudantis³ foram realizadas no país em 2016. Escolas públicas de diversas cidades foram ocupadas por alunos. A Lei nº 13.415/2017, que trata da Reforma do Ensino Médio, assegura o ensino de Arte no currículo, devendo a escola oferta-lo em sua grade curricular. A mesma lei também estabelece que Estados e Municípios adequem seus currículos à Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Outra alteração no ensino de Arte, depois da LDBEN de 1996, foi com a redação da Medida Provisória nº 746 de 2016, que modificou o Art. 26, inciso 2º, que estabelecia que: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” A redação do texto retira a nomenclatura Educação Básica, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de Arte apenas para os níveis de escolarização infantil e fundamental, deixando de fora o Ensino Médio. Com a Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016, alterou o artigo 26, inciso § 6º, passando a estabelecer atualmente que: “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” Essa conquista da permanência em relação à obrigatoriedade do componente curricular Arte na Educação Básica é fruto de muitos protestos e discussões. Podemos entender que a valorização da Arte no currículo escolar supera a dimensão da legislação brasileira, essa construção de valorização da disciplina percorre a reflexão do próprio professor de Arte.

Na década de 1990, em meados do ano de 1997, são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, sendo um conjunto de diretrizes para orientar e nortear os docentes na sua jornada de sala de aula. Esse documento está em consonância com a LDBEN, que veio para reorganizar o currículo em cada área do conhecimento.

³ Os estudantes protestaram contra a Medida Provisória do Novo Ensino Médio de Nº 746, em oposição à Proposta de Emenda à Constituição do teto de gastos públicos a PEC 241 e também do contra o Projeto de Lei a PL 44 que tratava da "Escola sem Partido".

Nos PCNs, os conteúdos de Arte estão norteados por três eixos: produzir, apreciar e contextualizar, orientando que “o estudo, a análise e a apreciação da arte podem contribuir tanto para o processo pessoal de criação dos alunos como também para sua experiência estética e conhecimento significativo que ela desempenha nas culturas humanas” (PCN, 1997, p. 49). Ainda segundo este documento, a aprendizagem em Arte propicia a especificidade do pensamento e da percepção. Podemos enfatizar que a aprendizagem em arte pode contribuir para o desenvolvimento perceptivo, crítico e para a criatividade do aluno, além de poder ajudá-lo a descobrir novas habilidades artísticas.

As mudanças no panorama educacional brasileiro constituíram um reflexo positivo, que tiveram bons resultados, a exemplo da universalização do ensino público. No entanto, essas transformações não têm sido satisfatórias em uma visão geral, pois muita coisa ainda precisa ser feita para se ter um ensino de qualidade em relação ao ensino de Arte. Podemos destacar como políticas educacionais para a formação de professor, a LDBEN e o Plano Nacional de Educação (PNE), este último tendo caráter amplo, operacional e que define ações e metas para um prazo de dez anos.

Em razão desses avanços na legislação, os profissionais do âmbito educacional, a partir da percepção deste processo e das transformações no ensino, podem possivelmente analisar que a história da educação brasileira não é a mesma. Podemos entender que as reformas educacionais não foram apenas para atender às reivindicações da sociedade, mas também para adequar a educação a um cenário de mudanças. Conforme afirma Freitas (2014),

A formação de professores é o alvo principal das atuais políticas educativas, principalmente no âmbito dos estados e municípios. Como área estratégica para o capital, por agregar valor ao seu processo de exploração e acumulação, vem mobilizando em toda a América Latina articulações entre empresariado e poder público para uma intervenção mais direta na educação pública, especialmente nas áreas de gestão, currículo, formação, avaliação e financiamento (FREITAS, 2014, p. 427).

No entanto, a análise das políticas educacionais, no que remete à formação de professores, nos encaminha à busca do entendimento das prioridades e compromissos que se concebem. No âmbito dessas políticas, as diversas instituições formadoras de docentes, bem como a flexibilização do perfil desses professores,

estabelecem ações estratégicas que desejam adequá-los às novas necessidades do mercado de trabalho.

1.3 O Ensino da Arte e a Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está em consonância com alguns documentos e leis brasileiras, como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN de nº 9394/96, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC está estruturada em competências, habilidades e conteúdos de ensino comuns para todos os discentes.

Segundo BNCC (2017, p.197), “o componente curricular Arte, além de contemplar as quatro unidades temáticas (artes visuais, dança, música e teatro), necessita de profissionais formados em licenciaturas em suas distintas áreas para atuar na Educação Básica”. O documento traz também mais uma unidade temática para o ensino de Arte, as Artes Integradas, voltadas para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação. A BNCC define Artes Visuais em:

Processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, que têm a expressão visual como elemento de comunicação. Essas manifestações resultam de explorações plurais e transformações de materiais, de recursos tecnológicos e de apropriações da cultura cotidiana. As Artes Visuais possibilitam aos alunos explorar múltiplas culturas visuais, dialogar com as diferenças e conhecer outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas, de modo a ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural, sejam elas concretas, sejam elas simbólicas (BRASIL, 2017, p.153).

Esse documento propõe que as Artes Visuais e as demais linguagens artísticas devem percorrer os vários espaços da sociedade e perceber o mundo em sua complexidade. A Arte, na BNCC, propõe a interação com os aspectos culturais, além de privilegiar o diálogo e o respeito às diferenças. As Artes Visuais devem explorar múltiplas culturas visuais em diversos períodos históricos para ampliar os limites escolares e incentivar outras maneiras de interação artística e produção cultural. A BNCC inclui a Arte na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, juntamente com os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Inglesa. A finalidade é que os discentes participem de práticas diversificadas, manifestações artísticas, linguísticas e corporais.

Ao longo do Ensino Fundamental, os alunos devem expandir seu repertório e ampliar sua autonomia nas práticas artísticas, por meio da reflexão sensível, imaginativa e criativa sobre os conteúdos artísticos e seus elementos constitutivos e também sobre as experiências de pesquisa, intervenção e criação. [...] A progressão das aprendizagens não está proposta de forma linear, rígida ou cumulativa com relação a cada linguagem ou objeto de conhecimento, mas propõe um movimento no qual cada nova experiência se relaciona com as anteriores e as posteriores na aprendizagem de Arte (BRASIL, BNCC, 2017, p.195).

“A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2017, p 15). Compreende-se que a proposta da BNCC divide as linguagens artísticas em unidades temáticas. Esse documento vem oferecer aos discentes uma prática educativa direcionada ao desenvolvimento crítico do indivíduo.

É relevante que os professores de Arte do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI possam construir projetos educativos, contemplando as temáticas que são propostas pelos PCN's de Arte e pela BNCC. Conforme Iavelberg (2003, p.62), “a formação permanente está ligada à consciência que adquire sobre as transformações constantes que ocorrem no conjunto de conhecimentos necessários para seu desempenho profissional”. As experiências e as vivências do cotidiano cultural podem ser inspiração para o educador ampliar sua própria aprendizagem e de seus educandos.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ARTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE PICOS-PI

Debater sobre a educação continuada de professores de Arte é quase raro, o que é mais discutido é sobre o tema da formação continuada de uma forma geral, ou mesmo sobre a formação continuada em áreas como português, matemática e pedagogia. É uma discussão que, na maioria das vezes, engloba o que muitos chamam de disciplinas mais importantes. Todavia, considerando a importância dos estudos de formação continuada em Arte, somos levados a priorizar esse tema.

A área de arte se dedica pouco, ou quase nada, à problemática pedagógica da formação de professores de arte, entendendo este como um tema mais voltado à educação. Já a área de educação, na maioria dos estudos, como os desenvolvidos por Gatti e Barreto (2009) ou mesmo por Shiroma (2010), preocupa-se muito mais com a formação docente em geral e mesmo com a formação de professores pedagogos, de português e matemática, que numericamente ocupam maior parcela das preocupações entre os pesquisadores da área do que com a formação de professores de artes. Raríssimos estudos tocam no nome da disciplina, seja pela sua recente inserção no currículo escolar, seja pelo pequeno número de professores e créditos da disciplina na escola (FONSECA DA SILVA; BUJÁN, 2016, p. 29).

Ainda são poucas as pesquisas na área de Artes Visuais voltadas às problemáticas pedagógicas de educação continuada na Educação Básica. De acordo com Imbernón (2010, p.47), a formação continuada “deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas”. Notadamente, as pesquisas relacionadas às questões pedagógicas sobre formação continuada de professores de Arte vêm sofrendo poucas transformações, como consta no levantamento bibliográfico apresentado nesta dissertação. De acordo com Sardelich (2001, p.144), a “formação permanente é entendida como todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente, mediante palestras, seminários, grupos de estudo, oficinas, cursos presenciais e a distância”. Portanto, a educação continuada é um aspecto relevante na vida profissional do professor, como algo inacabado, que se representa a partir das relações entre partilha de conhecimentos.

A discussão sobre formação continuada de professores de Arte no nosso país é de suma relevância, e o debate sobre essa temática não representa um problema

recente, estando em pauta há várias décadas. Nos últimos anos, essa questão vem sendo intensificada, e atualmente é possível encontrar diferentes iniciativas relacionadas à necessidade de formação continuada de professores de Arte. De acordo com Arslan e Iavelberg (2006, p. 06) “os cursos de formação inicial e continuada são muito importantes, porque a maioria dos professores têm conhecimento das novas propostas de ensino da Arte, mas sente dificuldade para concretizá-las em sala de aula”. Neste cenário, quando a formação inicial não é suficiente para os educadores enfrentarem a realidade de uma sala de aula, seria necessário que esses profissionais buscassem o apoio de uma formação continuada, a fim de aprimorar e ampliar sua prática profissional.

O atual debate sobre formação continuada caminha na perspectiva de vê-la como um processo associado ao fazer docente, voltado a responder às inquietações e desafios vivenciados pelos professores no cotidiano das escolas. Nessa perspectiva, pode-se defender que:

A formação continuada não pode ser concebida como um processo de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc., de conhecimento ou técnicas), mas sim como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua (CANDAU, 1996, p.150).

É importante que os trabalhos de (re)construção do conhecimento desenvolvidos nessa nova perspectiva sejam potencializados a partir de novos referenciais políticos e pedagógicos, adotando metodologias como a leitura de imagem, dentre outras opções, que favoreçam a construção de práticas formativas mais dinâmicas, críticas, criativas e relevantes, a fim de que os docentes tenham oportunidades de desenvolver sua criatividade e expandir seu olhar crítico sobre o contexto político, pedagógico e social da escola e da comunidade.

Diante das leituras desenvolvidas acerca da pesquisa sobre formação de professores de Arte no Brasil, são vários os desafios que precisam ser considerados e enfrentados pelas instituições responsáveis pela articulação dos projetos e programas de formação continuada. Não obstante:

Em meio a tantos desafios, precisamos nos alimentar dos ideais de Freire (1996) que alerta sobre a nossa capacidade e para a necessidade de sonhar e de acreditar na possibilidade de “ser mais” na condição de “sujeitos inacabados”, com potencialidades para transformar a educação num caminho para a emancipação humana (LIMA, 2011, p.77).

Conforme Shor e Freire (1996, p.509), a "relação entre a Arte e a Educação não se trata de uma relação contingente, mas necessária, que precisa ser vista no coração mesmo da sua concepção de educação". A combinação entre a Arte e Educação tem a finalidade de contribuir na construção do conhecimento. Nesse sentido, é de fundamental importância que os gestores e professores das instituições de ensino tenham um olhar mais efetivo com relação ao ensino da Arte na Educação Básica.

Compreende-se que é necessário pensar em aperfeiçoamento docente partindo de outro olhar e de uma perspectiva voltada para as novas práticas pedagógicas e agregando princípios que orientem sobre diferentes possibilidades significativas do professor encaminhar o processo de ensino e aprendizagem ao aluno. Freire (2011, p.43) afirma que "é na formação permanente dos professores, o momento fundamental de reflexão crítica sobre sua prática". O professor formado na área de Artes leva consigo muitas experiências, reflexões e possibilidades de aprendizagens múltiplas, com vistas à autonomia, devendo ser capaz de buscar aprimoramento nas suas práticas de sala de aula.

Muitas vezes, a prática diária do professor de Arte explora metodologias tradicionais, como a cópia de desenho ou o ato de aplicar técnicas casuais sugeridas por outros docentes. Sobre as metodologias aplicadas nas aulas de Arte nos dias atuais, Barbosa (2015a, p. 16) afirma que "ainda encontramos escolas ensinando desenho geométrico em lugar de Arte, outros dando xerox de personagens da Disney para os alunos colorir e professores dando imagens para copiar em nome da releitura". Esses métodos tradicionais, infelizmente, ainda prevalecem nas aulas de Arte no Ensino Fundamental, subestimando o potencial artístico do aluno, reprimindo a sua criatividade e ao mesmo tempo fugindo aos princípios teóricos e didáticos inerentes a esse componente curricular. Lowenfeld e Brittain (1977, p. 13), por exemplo, afirmam que o "ensino da arte é fundamental para o desenvolvimento do aluno, pois a arte é conhecimento e envolve o pensamento, o sentimento estético e a formação intelectual do aluno". Conforme esses autores, a arte está articulada entre o cognitivo e o perceptivo, contribuindo na construção de um processo autônomo de aprendizagem.

2.1 Programas e cursos de formação continuada para professores

A Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015, define as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de

formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. A referida resolução apresenta oito capítulos, cada um dos quais focando em um assunto específico. Os capítulos dois, três e quatro são os mais importantes para essa pesquisa, tendo em vista que tratam da formação dos profissionais do magistério para a Educação Básica e versam sobre a Base Comum Nacional, como também sobre a formação inicial e formação continuada dos profissionais do magistério. O Art. 5º dessa resolução destaca que:

A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão de articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o (a) egresso (a) [...] (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, é possível entender que as diretrizes estabelecem uma convicção ampla para formação continuada, as quais compreendem dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, que devem ser desenvolvidas por meio das instituições de ensino. A legislação assegura aos profissionais da Educação Básica o direito a formações tanto inicial como continuada em suas áreas de atuações. Conforme o Art. 16º, da Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015:

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015).

Notadamente, a formação continuada para professores é uma alternativa importante para a qualidade do ensino. Essas formações devem acontecer em consonância com a União, com os Estados e Municípios, que são os responsáveis pela normatização da oferta desses programas. Essa resolução também se aplica aos gestores que atuam na Educação Básica nas diversas áreas de conhecimento.

Da década de 1996 aos dias atuais, o governo implementou algumas políticas públicas educacionais voltadas para a formação continuada dos profissionais do magistério no Brasil, a exemplo da Resolução de nº 02, de 1ª de julho de 2015. Segundo Nunes (2007, p.12), “são essas políticas que condicionam e definem tempos

e espaços específicos e que interferem direta ou indiretamente tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior”. É importante conhecer as políticas educacionais e entender como elas interferem na formação inicial e continuada dos professores.

Um dos programas implementados pelas políticas educacionais no Brasil, pode-se destacar o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que visa à formação de professores para todos os componentes curriculares (Arte, História, Geografia, Matemática, Educação Física, Língua Portuguesa, Inglês, Espanhol, Biologia, Filosofia e Sociologia). É um Programa de abrangência nacional, em parceria com as secretarias de educação e universidades públicas. Trata-se de uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa ao fomento da oferta de Educação Superior, gratuita e de qualidade para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de Educação Básica e que não possuem formação específica na área em que está atuando (BRASIL, 2010).

O programa PARFOR ainda existe, e oferece cursos de licenciatura para professores da rede pública de ensino, que desejam obter licenciatura em sua área de atuação. O programa também oferece curso de licenciatura para os professores que têm graduação com habilitação em bacharelado e que queiram fazer a formação pedagógica, além de cursos de especializações, formação inicial e continuada.

Outra implementação de política educacional voltada à formação de professores foi a oferta dos cursos na modalidade de Educação a distância, que nas últimas décadas tem se apresentado como alternativa, com abordagens específicas e possibilidades de formação inicial e continuada para professores, inclusive na área de Artes.

A Educação a Distância é oficializada no Brasil pelo Decreto de nº 2.494/98, da Presidência da República, regulamentada no artigo 80, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É uma modalidade de ensino que proporciona a aprendizagem, com a mediação de recursos via internet, através de plataformas virtuais de aprendizagem. Conforme o Art. 80:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especial, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

III - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

IV - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino que se organiza em regime especial, sendo ofertado por instituições de Educação Superior credenciadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). As EaD's são alternativas para aqueles docentes que não dispõem de tempo para frequentar um ensino superior regular e que procuram por uma formação inicial ou para aqueles que são graduados e buscam por nova qualificação.

Outra garantia de formação continuada é através do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como finalidade direcionar e prever investimentos visando a melhoria da qualidade da educação no país. Esse plano estabelece 20 metas que devem ser atingidas em dez anos. Dentre elas, destaca-se a meta 16, ao assentar que:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Com base no estabelecido pela meta 16, há o desafio de definir diretrizes para ampliar a oferta de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) para os profissionais do magistério da Educação Básica. Essa meta garante a todos os professores formação continuada em suas áreas de atuações. Considerando as demandas e necessidades da área, é plausível que para essa meta ser cumprida é necessária a implementação de ações que conheçam as demandas de cada área do conhecimento, de modo a garantir condições de formação continuada satisfatória aos profissionais do magistério.

Conforme informações do relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o crescimento no percentual de professores da

Educação Básica com especialização aumentou do período de 2010 a 2019 (de 24,5% para 41%). Em 2017, o percentual de professores com nível de mestrado é de 2,4% e 0,4% de doutorado. Entende-se que para essa meta ser atingida necessita-se de um plano mais eficaz. Destacando que o atual governo federal nos anos de 2019 e 2020 anunciou cortes de milhares de bolsas de estudo na pós-graduação (mestrado e doutorado), isso reflete diretamente no cumprimento da meta 16.

2.2 Campo empírico da pesquisa: Picos-PI

Imagem 1 – Mapa do Piauí.



Fonte: <https://escolaeducacao.com.br/mapa-do-nordeste/>

Nesse capítulo, apresentaremos sinteticamente o contexto histórico do município de Picos-PI. A origem da cidade de Picos aconteceu através de duas importantes atividades econômicas (agricultura e pecuária). O município atraía pessoas de várias cidades que buscavam negociar animais, principalmente gado e cavalo. Tudo começou no Século XVIII, quando o português Félix Borges Leal instalou uma fazenda às margens do rio Guaribas, local apropriado para a agricultura e a criação de gado. “O ponto de chegada inicial foi na localidade onde se encontra hoje o município de Bocaina (cidade da microrregião), local em que Antonio Borges Marinho edificou, em 1754, uma capela, ainda existente” (SOUSA, 2006, p.25). Posteriormente, vieram os familiares de Borges Leal, o que fez aumentar o núcleo

populacional e, conseqüentemente, deu origem ao Município de Picos. Ainda de acordo com Sousa:

Em 20 de dezembro de 1855 foi elevada a categoria de vila pela Resolução provincial nº 397, sendo desmembrada de Oeiras, ficando na ordem judiciária de Jaicós. Em 1859, a cidade de Picos foi edificada no local onde ficava localizada a fazenda de gado da família de Félix Borges Leal, português vindo da Bahia que instalou a fazenda Curralinho, às margens do rio Guaribas. Em 12 de dezembro de 1890, Picos foi elevada à categoria de cidade (SOUSA, 2006, p. 26).

A cidade de Picos foi desmembrada do povoado de Bocaina, que era município de Oeiras, então capital do estado do Piauí. O município foi emancipado politicamente no dia 12 de dezembro de 1890, cujo documento de emancipação foi assinado pelo chefe de governo do estado João da Cruz e Santos.

Imagem 2 - Picos-PI em 1957.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/historico>

Atualmente, a cidade de Picos tem uma população de aproximadamente 78.222 habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2019. Geograficamente, fica localizada no centro sul piauiense e está a 310km de distância da capital Teresina. A cidade possui uma área de 534,72 Km² e seu Índice de Desenvolvimento Humano

Municipal (IDHM) é 0,697. Quem aqui nasce ou reside é chamado de picoense. A padroeira da cidade é Nossa Senhora dos Remédios, desde o ano de 1847.

O município picoense é um grande polo comercial da macrorregião do Piauí e a cidade é conhecida como a capital do mel, tendo em vista ser a maior produtora deste produto no Brasil (ficando em 1º lugar no ranking nacional, segundo o IBGE). Hoje, Picos se constitui como uma cidade de interposto comercial de grande relevância para o Estado do Piauí.

Imagem 3 - Vista panorâmica da cidade de Picos-PI.



Fonte: <https://www.riachaonet.com.br/porta/category/cobertura/>

A origem do nome da cidade de Picos se deu devido ao fato de a região ficar geograficamente rodeada por morros (montes picosos). O município tem como uma de suas principais características sociais a diversidade de raças ou de etnias em sua população. A cidade encontra-se dividida em cinco zonas: Leste, Norte, Sul, Centro e Sudeste. O município conta com 41 bairros. O clima é tropical (semiárido), bastante quente no verão, período que dura de sete a oito meses no ano.

Segundo o IBGE (2010), “a economia atual do Município é desenvolvida em serviços, comércio, agricultura e pecuária. Destacando-se a produção de mel, a extração de carnaúba e a castanha de caju.” A economia atual tem mais força na produção de mel, pecuária e no setor comercial.

2.3 Cultural visual local

Os estudos visuais ou cultura visual está relacionada a criação do visual na Arte, são processos culturais como costumes visuais referente a uma determinada sociedade. De acordo com Hernández (2007, p.22), “a expressão cultura visual refere-se a uma diversidade de práticas e interpretações críticas em torno das relações entre as posições subjetivas e as práticas culturais e sociais do olhar”.

Imagem 4-Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Picos-PI. Jun./2019.



Fonte: <https://www.ashama.com.br/portal/piaui-picos-a-cidade-modelo/>

A cultura visual é conhecida por seus estudos visuais. É um ramo que pode ser interpretado como a composição visual na Arte e na vida, sendo as imagens e suas visualidades vistas como foco central. É comum encontrarmos imagens no nosso cotidiano e até mesmo no nosso ambiente de trabalho, nas escolas, que expõe diversas imagens nas paredes das salas de aulas, no pátio e em outros lugares do ambiente escolar. Essas imagens provocam uma interação de forma direta com alunos e educadores. Conforme Nascimento (2011, p.214), “os regimes discursivos interferem e estão imbricados com os processos de fabricação, divulgação e recepção de todas as imagens”. Entende-se que as imagens compõem um cenário da produção visual em diferentes lugares. Nascimento; Sousa; Coelho (2015, p. 266) acrescentam que:

As imagens alimentam, derivam e compõem um cenário da produção visual. São as matérias primas da cultura visual. As visualidades são os modos de fazer e de interpretar as imagens pelos sujeitos em diferentes épocas e lugares. As visualidades podem ser entendidas como regimes de enunciação visual ou os modos como passamos a ver, pensar, dizer, agir e fazer de determinada maneira e não de outra a partir da interação com as imagens (NASCIMENTO; SOUSA; COELHO, 2015, p. 266).

Segundo os autores citados, existe uma diferença entre imagem e visualidades. A imagem compõe um cenário, podendo ser entendida como matéria prima da cultura visual, já as visualidades são maneiras de os sujeitos interpretarem as imagens de diferentes períodos e ambientes. Enxergar as imagens e as respectivas visualidades é algo que permite possibilidades de ver e interpretar, questionando os seus sentidos culturais. Na perspectiva de Hernandez (2000, p.52), “a importância primordial da Cultura Visual é mediar o processo de como olhamos e como nos olhamos, e contribuir para a produção de mundos”. A cultura visual pode possibilitar, por intermédio das imagens, que os sujeitos tenham outros sentidos, outras maneiras de pensar, olhar e ser olhado diante de novas narrativas referentes à nossa própria cultura.

Podemos ressaltar que as Artes Visuais também são uma base da cultura visual, porém as imagens vão além da mera ornamentação. Imagens são textos visuais que transmitem mensagens ou informações capazes de adentrar às nossas mentes com maior facilidade do que outras formas de texto. Portanto, a cultura visual está relacionada ao contexto social e cultural, incluindo o educacional.

Compondo o patrimônio artístico e cultural, Picos-PI também conta com o museu Ozildo Albano, que guarda um acervo histórico e cultural da cidade e da microrregião, que é composta por 23 municípios do sudeste piauiense. O nome do museu é uma homenagem ao picoense José Albano de Macedo, conhecido como Ozildo Albano, que foi professor, historiador e juiz de Direito, além de pertencer a uma das famílias mais antigas e conhecidas da região. O museu está inscrito no Cadastro Nacional dos Museus do Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), guarda acervo, pesquisa e valorização do patrimônio histórico da cidade.

Imagem 5 - Museu Ozildo Albano em Picos-PI.



Fonte: Arquivo do Próprio Autor. jun. /2020.

<https://www.museuozildoalbano.com.br/>

O acervo do museu é composto por diversas peças, entre as quais se destacam as de arte sacra, como oratórios, iconografias de santos, cálices, além de artefatos arqueológicos, telas de artistas da região, a chave simbólica da cidade, instrumentos musicais antigos, entre outros objetos que representam a cultura regional, como a arte santeira, que é considerada um importante artefato da cultura regional. O museu realiza exposições permanentes e temporárias, e conta, com a curadoria do artista plástico Albano Silva e da professora Maria da Conceição Silva Albano.

A cultura picoense conta com o folclore, simpatias, cordéis, folguedos, culinárias regionais e com a lenda “Morro do Quebra-Pescoço” que é símbolo da cultura popular local. Todas essas manifestações culturais transmitem os valores e discursos do povo piauiense, em especial os picoenses. As festividades culturais da cidade fazem parte de um calendário anual de atividades desenvolvidas pela prefeitura. Dentre essas festividades destaca-se o carnaval, as festas juninas, os festejos da padroeira e o Salão do Livro do Vale do Guaribas (SALIVAG). As manifestações culturais desenvolvidas na cidade permitem o fortalecer a identidade cultural do município.

O Salão do Livro do Vale do Guaribas (SALIVAG) é um evento cultural voltado à educação, à cultura, à arte e ao entretenimento e que proporciona para os professores, assim como para toda a sociedade, momentos de educação continuada, por meio de palestras, cursos, seminários entre outras atividades culturais. O evento

conta com espaço para exposições, compra e venda de livros, apresentações teatrais, performance e danças, além das visitas a estandes.

Imagem 6 - Palestra de Glória Maria no SALIGAV.



Fonte: <https://www.riachaonet.com.br/portal/gloria-maria-ministra-palestra-no-vii-salivag/>

A edição do SALIVAG de 2019 foi realizada no período de 11 a 15 de setembro, no espaço do picoense clube, no centro da cidade. Essa edição teve como homenageado o professor Inácio Baldoíno de Barros. As principais palestras realizadas no evento foram ministradas pela jornalista Glória Maria e pelas escritoras Vera Ferreira, neta dos cangaceiros Lampião e Maria Bonita, e Kenya Diehl. Nos espaços musicais, participaram a banda Biquíni Cavado e os artistas locais Juliana Brito e Vitor Amaral.

2.4 Contexto educacional da cidade de Picos-PI

O contexto educacional do município de Picos é constituído pelas redes de ensino pública e privada, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. A rede municipal de ensino dispõe de 78 escolas (zona urbana e rural), distribuídas desde o maternal ao Ensino Fundamental II. A rede estadual dispõe de 17 escolas, distribuídas no nível de Ensino Fundamental II ao Ensino Médio e Técnico. No Ensino Superior, a cidade conta com quatro Universidades públicas, que são: UFPI - Universidade Federal do Piauí; IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí;

UESPI - Universidade Estadual do Piauí e UAB - Universidade Aberta do Brasil (Educação a Distância).

2.5 Estruturas Educacional do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI

Quadro 3 - Amostra do censo escolar 2019, INEP.

Etapas da Educação Básica (zona urbana e rural)		Quantidade de alunos matriculados	Quantidade de escolas
Educação Infantil	Creche	928	43
	Pré-Escola	1.344	47
Ensino Fundamental	Anos iniciais	3.142	51
	Anos finais	1.667	29
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Ensino Fundamental	395	10

Fonte: Setor de Estatística da SEME-Picos-PI, jul. de 2020.

A composição educacional da cidade de Picos é constituída por sistemas de ensino municipal, estadual, federal e da rede particular de ensino. Na rede municipal são ofertadas as etapas da Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental I e II, além da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Na rede estadual, há a oferta do Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular, Ensino Médio Técnico Integrado e Educação Superior. No sistema federal, é ofertado o Ensino Médio Técnico, Superior e especialização. A rede privada de ensino oferece todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Com relação as matrículas dos alunos na rede municipal de ensino, houve um aumento de matrículas no ano de 2019 em relação ao ano de 2018. A secretária de Educação procura desenvolver um trabalho voltado para a qualidade de ensino, muitos projetos são desenvolvidos pela secretaria de educação, com destaque para o projeto “soletrando”, que é uma atividade interdisciplinar e trabalha com professores de Língua Portuguesa e Arte, bem como a realização do projeto do Salão do Livro do Vale das Guaridas (SALIGAV), que já faz parte do calendário anual das escolas

municipais e tem como objetivo oferecer atividades culturais, artísticas e palestras para toda as escolas municipais e para a comunidade em geral.

Imagem 7 - Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI.



Fonte: Arquivo do próprio autor. Jun./ 2020.

O principal recurso financeiro da educação municipal vem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que é gerido pela Secretaria de Educação. O calendário escolar é organizado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define para a Educação Básica, nos níveis de Ensino Infantil e Fundamental, a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado para os exames finais. O ano letivo escolar normalmente tem início em fevereiro e término em dezembro, com férias escolares nos meses de julho e janeiro (no ano letivo de 2020, evidentemente, houve adaptação no calendário escolar devido à pandemia do Covid-19).

No atual cenário da pandemia a secretária municipal de educação de Picos-PI teve que adaptar as aulas das escolas municipais de Picos-PI, por meio de atividades remotas que iniciou na primeira semana de agosto de 2020, da seguinte forma: uma equipe da SEME elaborou um programa intitulado de *educação e família construindo saberes*. Criaram um canal no youtube com postagens de vídeos diariamente para os alunos terem acesso a essas aulas, além disso, a secretaria elaborou três cadernos

de atividades interativas que eram entregues aos alunos na própria escola. Foram criados grupos de WhatsApp para cada turma, organizados por professores mediadores e articuladores para melhor interação entre professor e aluno.

Imagem 8 - Escolas Municipais de Picos-PI.



Fonte: Arquivo do próprio autor. Jun./2020.

A maioria das escolas da zona urbana tem uma boa estrutura física, considerando que precisam contar com espaços e instalações adequadas para o seu bom funcionamento. No que diz respeito ao componente curricular Arte, no sistema de ensino municipal, a disciplina é ofertada no Ensino Fundamental II, com apenas uma hora aula semanal, em todas as turmas do 6º ao 9º ano. Segundo o Parecer nº 18/2012 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), que define sobre a jornada prevista na Lei Nacional do Piso do Magistério, Lei nº 11.738/2008, a hora-aula equivale ao período de 60 (sessenta) minutos.

A quantidade total de horas aulas, por cada turma, somando todas as disciplinas, são 25 aulas semanais, isso nas escolas de ensino regular, sendo cinco horas-aula para cada turma por turno/dia letivo. Além do componente curricular Arte, o sistema oferece, de forma obrigatória no Ensino Fundamental II, os componentes

curriculares seguintes: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e o Ensino Religioso de forma facultativa.

2.6 Formações implantadas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI

Nessa etapa da pesquisa, realizou-se uma entrevista com o coordenador de Arte da Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI (SEME-PI), com a finalidade de produzir um diálogo sobre a oferta dos cursos de formações continuadas em Arte, ofertadas pela SEME-PI para os professores de Arte do nível de Ensino Fundamental II. A entrevista teve como objetivo obter informações e conhecer a opinião e concepção do coordenador sobre essa temática. De acordo com Lakatos e Marconi (1994, p.195), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Por intermédio da entrevista, foram colhidas informações mais precisas para a construção da investigação. Nesse sentido, a tabela abaixo mostra as respostas do coordenador em relação às perguntas realizadas:

Tabela 1- Entrevista com coordenador de Arte da SEME-Picos-PI.

1 – É ofertada formação continuada para professores de arte? Se sim, como?

Sim, as formações acontecem sempre no início de cada semestre letivo, quando são apresentadas as sugestões de trabalho e via encontros pedagógicos por área do conhecimento a cada bimestre. Além dos planejamentos mensais que são realizados em cada escola.

2- O sistema de ensino oferta alguma formação continuada por meio de plataforma virtual?

Sim, atualmente foi disponibilizado um curso online ofertado pela plataforma “Currículo do Piauí”, onde a secretaria incentivou os professores a participarem desse curso de carga horária de 160hs, de forma online. A finalidade do curso é conhecer a nova BNCC e suas unidades temática, que reúne objetos de conhecimento e habilidades para o ensino. Podemos destacar o PARFOR, que é um programa federal em parceria com os municípios e estados que visa à formação de professores na sua área de atuação.

3 Existe algum evento de maior relevância que a secretaria realiza durante o ano letivo?

Sim, posso citar o Salão do Livro do Vale do Guaribas (SALIVAG) que é realizado anualmente, sempre no segundo semestre letivo. É um evento grandioso promovido pela

Secretaria de Educação, junto com a Prefeitura Municipal de Picos. Durante o evento acontecem palestras com autores locais e de renome nacional, shows artísticos, feiras de livros, lançamento de livros e exposições artísticas.

4– Os professores tem alguma resistência em participarem das formações continuadas em artes?

Parcialmente, sim. Como as formações acontecem sempre aos sábados letivos, alguns professores não participam, uns por falta de interesse, outros por não terem disponibilidade. Porém, muitos deles são bem participativos, estão sempre dispostos e abertos a novos conhecimentos e troca de experiência.

5- Como você avalia a participação dos professores que ministram o componente curricular Arte nos anos finais do ensino fundamental nas formações continuada?

Razoavelmente boa. É importante sim, a participação dos professores de arte nas formações continuadas, porque a grande maioria não é formada na área, por isso a necessidade dessa participação em massa.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados coletados em jun./2020.

Segundo o coordenador de Arte, a oferta das formações pedagógicas visa à implantação do novo currículo, estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com suas diretrizes, competências e habilidades para o ensino de cada unidade temática. As formações têm como objetivo aprofundar os conhecimentos do novo currículo do Piauí e revisar os projetos pedagógicos das escolas, tanto das redes municipais quanto da rede estadual de ensino. É uma ação que contempla professores de todos os componentes curriculares. De acordo com a BNCC (2017, p.15), “as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências”. A BNCC desempenha papel importante na formação dos docentes, por ser um documento norteador da aprendizagem.

O curso “*Currículo Piauí*” é ofertado na modalidade de educação a distância, em um canal virtual de aprendizagem. O curso visa à formação docente, inclusive à capacitação dos professores de Arte, enfatizando a construção de conhecimentos específicos. Esse curso é uma ferramenta importante, pois tem como finalidade suprir as demandas e necessidades dos professores.

Durante o período de 10 a 12 de fevereiro de 2020, participei da primeira formação pedagógica proporcionada pela SEME, que aconteceu no auditório da Escola Petrônio Portela. O primeiro momento das formações pedagógicas foi dividido

por níveis de ensino, com todos os professores da rede municipal de ensino de Picos-PI.

As mediadoras do evento foram às coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, que palestraram sobre os seguintes temas: BNCC: conceitos/normativas; currículo unificado; projetos para serem desenvolvidos durante o ano letivo, Salão do Livro do Vale dos Guaribas (SALIVAG) e sobre o plano de cargos e salário, com a participação da diretoria do Sindicato dos professores.

Imagem 9 -1º Formação de Professores do Município de Picos-PI.



Fonte: Arquivo do próprio autor. Fev. /2020.

Nessa formação pedagógica, foram discutidos vários temas. A intenção era proporcionar um momento de troca de experiências, debatendo assuntos voltados para implantação da BNCC nas escolas, com alguns questionamentos relevantes. O evento teve como objetivo promover mais uma capacitação a todos os professores da rede de ensino. Vale ressaltar que a secretaria de educação planejava promover durante o ano letivo vários momentos de formações pedagógicas com os docentes de todas os componentes curriculares. Entretanto, devido ao momento de pandemia, alguns cursos presenciais foram cancelados, ficando à disposição os cursos online, a exemplo do curso “currículo Piauí”. Compreendemos que seria sumamente importante que o mediador das formações com os professores de Arte fosse alguém formado na

área, a fim de melhor construir ideias e sugestões relevantes nas formações continuadas presenciais.

O segundo momento da formação foi realizado por área do conhecimento. O professorado de cada componente curricular dirigiu-se para uma sala de aula específica, com o seu respectivo coordenador, responsável por mediar o encontro. A formação pedagógica na área de Arte aconteceu junto com os professores de ensino religioso e inglês por terem uma demanda menor de professores e por entender que o componente curricular Arte e inglês fazerem parte da área de linguagens. No momento, foram debatidas ações e orientações com a finalidade de contribuir com a ampliação de metodologias adequadas para a disciplina. Na pauta, o tema “Planejamento Pedagógico” foi debatido, considerando aspectos pertinentes à forma pela qual os professores de Arte construíram seus planos de aulas, atendendo à proposta da BNCC.

Imagem 10 - 2º momento da Formação continuada de Professores em Picos-PI.



Fonte: Arquivo do próprio autor. fev. /2020.

De acordo com as observações realizadas, durante as formações pedagógicas foi possível perceber que a maioria dos professores participa dessas formações, oportunizando um momento de compartilhar experiências e atualização profissional por meio de reflexões sobre suas práticas docentes. A imagem-10, nos mostra um encontro pedagógico realizado na Escola Municipal Antônio Marques, com a presença de docentes e gestores da referida instituição. Na sala onde foi realizado o encontro

pedagógico é possível ver imagens ilustrativas nas paredes, imagens praticamente estereotipadas, com desenhos coloridos com personagens da Disney, como o Mickey e Minnie e alguns números. Nesse sentido, pode-se entender que “As visualidades escolares materializam o discurso pedagógico da instituição escolar, que é segregador e disciplinar, tanto no sentido de ordenação dos saberes, como na normatização dos sujeitos” (NASCIMENTO *et alii*, 2015, p. 263-287). As imagens são importantes recursos para o processo de ensino aprendizagem do aluno, para facilitar a interpretação de uma determinada informação.

Percebe-se que o planejamento em Arte não contempla todas as demandas e necessidades dos professores. O coordenador, que está à frente da coordenação de Arte do Ensino Fundamental II, é formado em Letras Português/inglês e com pouca experiência na área de Artes. É possível entender que, por não ser formado na área de Artes, há uma fragilização do andamento de uma boa articulação de ideias específicas no campo da educação continuada, voltadas especificamente para as Artes Visuais. O próprio coordenador reconhece ter pouca experiência na área, deixando a desejar no tocante a articular formações continuadas que visem incentivar, estimular e sugerir encaminhamentos pertinentes para o professorado, com atividades inovadoras a serem desenvolvidas em sala de aula.

É importante ressaltar que essas formações pedagógicas em Artes precisam contar com um profissional especializado, capaz de adotar uma metodologia envolvente e apropriada, de mediação de saberes. Isso é fundamental para que os professores possam implantar em suas práticas de sala de aula novos métodos que ampliem o processo de ensino-aprendizagem, com conteúdos e projetos específicos no campo das artes. Nesse sentido, Libâneo (2004, p.227), afirma que “a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem a consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las.” Nesse caso, o processo de formação continuada, muitas vezes, é uma necessidade de fortalecimento da autonomia docente para trabalhar no contexto escolar.

Conforme Ferraz e Fusari (1993, p. 46), “um projeto educativo que vise a reformulações qualitativas na escola precisa do desenvolvimento, em profundidade, de saberes necessários para um competente trabalho pedagógico”. O professor de Arte, em sua prática profissional, precisa relacionar seu projeto educativo com uma das linguagens artísticas (artes visuais, dança, música, teatro), com capacidade para

identificar os conteúdos fundamentais em Arte, que, de fato, contribuam para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

Em consonância com Gatti e Barreto (2009, p. 201), “os processos de formação continuada desenvolvidos desde os anos 1980, quer para atualização ou complementação de conhecimentos, quer para preparar a implementação de uma reforma educativa, não produziram os efeitos esperados”. Alguns professores ainda têm resistência em participar de formações pedagógicas, produzindo uma fragilidade para o processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, com algumas resistências e dificuldades, podemos entender que as ações de educação continuada avançaram muito e contribuem para bom desempenho docente em sala de aula.

A formação continuada é organizada com pouca sintonia com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola; os professores não participam das decisões acerca dos processos de formação aos quais são submetidos; os formadores não têm conhecimento dos contextos escolares e dos professores que estão a formar; os programas não preveem acompanhamento e apoio sistemático da prática pedagógica dos professores, que sentem dificuldade de atender a relação entre o programa desenvolvido e suas ações no cotidiano escolar; mesmo quando os efeitos sobre a prática dos professores são evidentes, estes encontram dificuldade em prosseguir com a nova proposta após o término do programa; a descontinuidade das políticas e orientações do sistema dificulta a consolidação dos avanços alcançados; falta melhor cumprimento da legislação que assegura ao professor direito a formação continuada (GATTI, 2009, p.221).

As formações continuadas em Arte devem ter uma relação com as necessidades do educador em suas práticas de sala de aula, os mediadores desses eventos devem ter conhecimentos sobre essas dificuldades e demandas dos docentes. Constatou-se que na primeira formação de educadores da rede de ensino de Picos-PI, os professores de Arte tiveram a oportunidade de participar das formações pedagógicas ofertadas pela SEME no início do ano letivo de 2020. Pode-se destacar que esse processo de formação aponta para um aspecto relevante, tendo em vista que oferece subsídio para o aperfeiçoamento com qualidade, entrelaçando trocas de experiências com uma visão da realidade de cada escola.

Em conversa com o coordenador de Arte da SEME, ele concorda que para as formações pedagógicas terem mais eficácia, as atividades e as metodologias de educação continuada necessitam estar em consonância com a realidade dos professores e atender às demandas profissionais, além de favorecer um ambiente colaborativo de diálogos e discussões.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA EM ARTE: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados proporcionou resultados e informações necessárias para responder as questões levantadas, os dados dos resultados tiveram como base os questionários entregues aos professores de Arte que participaram da pesquisa. As respostas estão organizadas por meio de tabelas descritas com perguntas e suas respectivas respostas, cujo resultado permitiu analisar e compreender a participação e avaliação dos docentes que ministram o componente curricular Arte no Ensino Fundamental II, em formações continuadas no Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI. A partir dos resultados do material coletado, foram selecionadas as categorias seguintes: perfil profissional dos professores de Arte; entender a formação continuada de professores como direito e garantia na legislação; apresentação, interpretação e discussão dos resultados obtidos via a aplicação dos questionários aos professores de Arte e exploração do material.

Na fase da pré-análise, aconteceu a leitura, organização e transcrição das respostas dos questionários encaminhados aos docentes. Foi organizada a definição de categoria de análise de conteúdo intitulado de Perfil Profissional, destacando os aspectos que compõem o perfil e a identidade dos professores que ministram aulas de Arte no nível de Ensino Fundamental II do Sistema Municipal de Ensino de Picos - PI. De acordo com Pimenta (2000, p.19): “uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições”. Ressaltamos que a definição de perfil profissional é trabalhada para definir as características e o conjunto de informações pessoais de um grupo profissional específico.

3.1 Perfil Profissional dos Professores de Arte

No Quadro 4, procuramos responder a um dos objetivos específicos desse estudo sobre o perfil dos docentes que ministram aulas de Arte no Ensino Fundamental II do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI. A identificação dos cinco professores está organizada com as seguintes siglas: Prof1, Prof2, Prof3, Prof4 e Prof5, e a do coordenador como a sigla: Coord1, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 4 – Perfil profissional dos participantes.

Identificação	Idade	Sexo	Estado Civil	Tempo de serviço	Tipo de Vínculo	Formação Graduação/Especialização
Prof 1	37	F	Casada	12 anos	Efetivo	Pedagogia e Libras com Especialização em Educação Contextualizada
Prof 2	47	F	Casada	25 anos	Efetivo	Letras/Português com Especialização em Educação Especial
Prof 3	45	F	Casada	14 anos	Efetivo	Pedagogia com Especialização em Psicologia da Educação
Prof 4	38	F	Solteira	14 anos	Efetivo	Artes Visuais com Esp. em Metodologia do ensino de Artes
Prof 5	51	F	Divorciada	23 anos	Efetiva	Letras/Português com Especialização em Docência do Ensino Superior
Cood1	31	M	Solteiro	4 meses	Efetivo	Letras Português / Inglês com Especialização em Inglês

Fonte: Dados organizado pelo pesquisador, jun./2020.

Conforme os dados informados pelos sujeitos envolvidos nessa pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: com relação ao sexo dos participantes, as que representam a função de professor todas são do sexo feminino, exceto o coordenador, que é do sexo masculino. De acordo com dados do Censo Escolar 2018, as mulheres compõem aproximadamente 80% do total de professores da Educação Básica no Brasil. Com relação ao tempo de serviço de sala de aula, o quadro nos mostra que o(a)s profissionais pesquisadas têm um bom tempo de experiência em sala de aula, apenas o coordenador tem menos que um ano de experiência na função que exerce.

No que diz respeito à idade, 50% dos profissionais pesquisados representam a faixa etária entre 30 a 40 anos, os outros 50% ficam na faixa etária acima dos 40 anos. No que se refere ao estado civil, 50% são casadas e a outra parcela de 50% enquadram-se como solteiras(os) e divorciado(as). Com relação à formação profissional, todos os participantes possuem curso superior e pós-graduações a nível de especialização (*lato-sensu*). Porém, somente uma das docentes é licenciada na área de artes visuais e com especialização em metodologia do ensino de artes. A carência de docentes licenciados na área de Artes no interior do Piauí é grande,

devido ao fato de que as Universidades⁴ públicas da região de Picos-PI não ofertam curso de Licenciatura em Artes Visuais. Somente na capital Teresina a Universidade Federal do Piauí oferta o curso de Licenciatura em Artes Visuais em regime regular.

Essa carência faz com que outros professores, de diferentes áreas do conhecimento, sejam lotados com o componente curricular Arte, para complementarem suas cargas horárias de trabalhos. De acordo com os dados informados, quatro das cinco professoras estão ministrando aulas de Arte com formação em outras áreas do conhecimento. Sobre a formação na área em que atua, a lotação dessas professoras está em discordância com a meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014), que dispõe na meta 15:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDB Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014).

A meta 15 do PNE tem como objetivo garantir educação coerente e de qualidade em todas as etapas e níveis da Educação Básica. Com relação aos professores pesquisados, identificamos que quatro desses profissionais ministram a disciplina para complementarem suas cargas horárias. O ensino da Arte nos anos finais do Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI acaba tendo poucos créditos (horas aulas, apenas uma aula por semana para cada série) nas escolas, e são raros os professores formados na área de Artes para assumirem essas aulas. Ainda existe a questão em que alguns gestores e professores entendem a disciplina como menos importante que os demais componentes curriculares.

3.2 Entender a formação continuada de professores como direito e garantia na legislação

Nessa etapa, criamos uma tabela com trechos das legislações que garantem o direito a formação continuada aos profissionais do magistério. Nessa metodologia de sistematização dos dados, surgiu a categoria de análise como a seguinte implicação

⁴ A Universidade Federal do Piauí campus de Picos-PI, ofereceu apenas uma turma de Segunda Licenciatura em Artes Visuais para os professores da rede pública de ensino pelo PARFOR em regime especial no ano de 2012.

“Entender a formação continuada de professores como direito e garantia na legislação” Para Franco (2012, p.64) “as categorias e seus respectivos indicadores são predeterminados em função de buscar uma resposta específica do investigador”. A Tabela 2, mostra recortes da legislação com a finalidade de destacar o direito e a garantia de formação continuada aos professores da Educação Básica.

Tabela 2 – Direito e garantia dos professores a formação continuada em suas áreas de atuações.

DOCUMENTOS OFICIAIS	EXCERTOS DE LEIS, RESOLUÇÕES, PLANOS E DECRETOS
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Título VI (BRASIL, 1996).	Art. 62, § 1º “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Texto incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). Art. 62-A, Parágrafo único: “Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (Texto incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada).	Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.
PNE - Plano Nacional de educação (2014).	Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica,

	até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Decreto de nº 8.752, de 09 de maio de 2016 (dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica).	Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Para fins deste Decreto, consideram-se profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores elencadas no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber: professores, pedagogos e funcionários da educação, atuantes nas redes públicas e privadas da educação básica ou a elas destinados.

Fonte: Dados organizado pelo pesquisador. Jul./2020

Para a construção dessa tabela, foi realizada uma busca nos documentos oficiais a fim de organizar trechos e/ou artigos da legislação vigente, com a finalidade de mostrar a existência do direito dos profissionais do magistério à garantia da formação inicial e continuada. Como ressalta Palma Filho (2005, p. 12), “o maior problema não está na legislação propriamente dita, mas no seu cumprimento”. A garantia existe na legislação, mas, na maioria dos casos, a oferta de educação continuada é deficitária. Entende-se que, se é direito, é uma obrigação dos gestores assegurar essas formações com mais engajamento e qualidade.

3.3 Apresentação, interpretação e discussão dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários aos professores de Arte.

Nessa etapa da pesquisa, participaram cinco professoras que ministram aulas de Arte no Ensino Fundamental II, no Sistema Municipal de Ensino da cidade de Picos-PI. Elas estão identificadas nas tabelas abaixo, como: Prof1, Prof2, Prof3, Prof4 e

Prof5, atendendo ao objetivo geral da pesquisa, que é o de “*compreender a participação e avaliação dos docentes que ministram o componente curricular Arte nas formações continuadas ofertadas pelo Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI*”. As tabelas seguem uma estrutura com a identificação do professor pelas siglas, e as perguntas em negrito com suas respectivas repostas fornecidas pelos participantes da investigação.

Tabela 3 - Perspectiva dos professores sobre como está sendo proporcionada a formação continuada de professores de arte.

Identificação do Professor	Como está sendo proporcionado a formação continuada para os professores, que ministram o componente curricular Arte, no Ensino Fundamental II?
Prof1	Como fui lotada, pela primeira vez, com esse componente curricular esse ano, desconheço essa oferta pela rede de ensino que trabalho.
Prof2	Por meio de encontros pedagógicos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Prof3	Mediante encontros pedagógicos, com fundamentação na BNCC, leituras de textos e estudos complementares, estabelecendo as competências e habilidades como objetivos de conhecimentos.
Prof4	Quase que exclusivamente particular. A não ser quando ocorre alguma mudança nas diretrizes da educação, como é o caso da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ou alguns programas temporários do Governo Federal, como o PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica). Exceto nesses casos, se o professor quer se atualizar na área precisa pagar para fazer um curso. Esporadicamente, surgem vagas para mestrado ou doutorado gratuitos na área, mas com poucas vagas e em locais bem distantes.
Prof5	As formações continuadas acontecem geralmente nos sábados letivos em um local específico como todos os professores de arte. O coordenador de artes da SEME repassa algumas informações gerais e faz estudo coletivo de textos e reflexões compartilhadas, principalmente sobre a BNCC.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados coletados em jul./2020.

Ao analisar a tabela 3, constata-se que as respostas informadas pelas professoras revelam certa divergência sobre a questão de como está sendo proporcionada a formação continuada para os professores de Arte. Quatro dessas professoras (Prof2, Prof3, Prof5 e Prof4) afirmam que as formações continuadas acontecem por meio de encontros pedagógicos. A professora (Prof1) desconhece a oferta dessas formações continuadas em Arte pela Secretaria Municipal de Educação

de Picos-PI. Ela afirma que começou a ministrar aulas de Arte no Ensino Fundamental II nesse ano letivo de 2020.

Percebemos ainda que três dessas professoras citam a BNCC como tema das formações continuadas em Arte. Conforme Souza (2018, p.70), “a formação continuada é uma oportunidade para que os professores atuantes na Educação Básica esclareçam questões e construam propostas pedagógicas que contribuam para a prática docente no cotidiano.” De acordo com as informações obtidas com o coordenador de Arte da SEME, as formações continuadas presenciais, realizadas pela Secretária Municipal de Educação de Picos, são oferecidas em um primeiro momento com todos os professores das áreas, divididas por níveis de ensino, sempre no início de cada semestre letivo. A cada bimestre, são realizadas formações continuadas presenciais nas áreas específicas de cada componente curricular, inclusive para professores de Arte.

Em razão disso e, como relata alguns professores participantes da pesquisa, as formações estão sendo proporcionadas mediante encontros pedagógicos com mediação de um coordenador. Entendemos que esses encontros são momentos importantes que fomentam a participação de professores e gestores de todas as etapas da educação escolar, proporcionando uma alternativa de aperfeiçoamento profissional e potencialização de novas práticas pedagógicas e reflexões para os educadores. Como ressalta Garcia (1999, p. 26), “os processos de formações possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem.” Esses aperfeiçoamentos buscam possibilitar aos docentes a aquisição de novos conhecimentos e habilidades para aprimorar suas formações e suas atuações em aulas.

Tabela 4 -Visão dos professores sobre formação continuada em Arte.

<i>Identificação do Professor</i>	<i>Qual sua visão sobre as abordagens de formação continuada para os professores de Arte?</i>
Prof1	As abordagens devem ser relacionadas, principalmente, às linguagens da Arte, pois nem todo professor que ministra esse componente curricular é graduado na área e necessita de formação continuada nessa área para melhor ministrar os conteúdos de Arte.
Prof2	Não muito eficaz, pois nesses encontros há um só coordenador para ministrar formações de várias disciplinas ao mesmo tempo, sem falar

	que a Secretaria não dispõe de coordenadores formados na área específica em questão.
Prof3	Indispensável, pois, faz-se necessário para o processo de ensino e aprendizagem, que deverá ser encarado como um grande aliado dos educadores, uma vez que contribui e enriquece os trabalhos docentes. Isso irá favorecer uma ampla aprendizagem aos nossos discentes.
Prof4	Na área de Arte, não tenho muita propriedade para falar porque não participo de muitas formações na área, mas, no geral, o que sinto falta nas formações são as práticas. Na maioria delas, vemos muita teoria, mas a prática fica a desejar.
Prof5	A formação continuada deve proporcionar subsídios específico aos professores que facilitem o seu trabalho. Deve também proporcionar atividades práticas para ser trabalhada.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados coletados em jul./2020.

As respostas para essa pergunta foram bem diferenciadas. A Prof1 entende que as abordagens de formação em Arte devem estar relacionadas com as linguagens artísticas, destacando que nem todos os professores que ministram a disciplina são licenciados na área de Artes. Pode-se entender que o professor que não tem formação em uma das linguagens artísticas, em geral, tem um desempenho fragilizado ao ministrar aulas do componente curricular Arte. O Prof2 aborda sobre a questão do coordenador, que ministra formações em várias áreas do conhecimento, e não tem formação específica em Artes. Compreendemos que a função do coordenador é de fundamental relevância para mediar uma educação continuada em Arte. Foi possível entender, a partir da resposta da Prof2, que essas formações ofertadas pela SEME vêm deixando a desejar, especificamente por não contar com profissionais da área. Hoffmann (2012, p.52) “propõe uma concepção de formação que possibilite a articulação do desenvolvimento pessoal com o profissional, compreendida como processos contínuos e ininterruptos”. A educação continuada tem como finalidade fazer uma reflexão, além da busca de soluções para as dificuldades que o professor tem em suas práticas docentes.

Ressalto que o mediador dos cursos de aperfeiçoamento deve ir além do conhecimento teórico, pois para instruir professores é importante estar preparado para motivá-los em suas práticas pedagógicas. Na resposta da Prof3, ela destaca que a abordagem de formação continuada é indispensável, porque é necessária para o processo de ensino e aprendizagem, além de contribuir e enriquecer as atividades docentes. Em concordância com Nóvoa (2002, p.23): “o aprender contínuo é essencial

e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente.” A formação continuada é uma necessidade que nós professores devemos buscar pra suprir as demandas dos conteúdos que ministramos em sala de aula.

A Prof4 aborda que não tem muita propriedade para falar das formações, porque não participa desses encontros de formações na área de Arte. Ela destaca que quando participa vê muita teoria, deixando as atividades práticas a desejar. Nesta perspectiva, Sena (2011, p.1) enfatiza que “a formação teórica e a prática contribuem para o melhoramento da qualidade de ensino, visto que as mudanças sociais que poderão gerar transformações no que tange ao ensino-aprendizagem são decorrentes de um ensino de qualidade”. É possível observar uma divergência na resposta dessa docente, haja vista ela declarar que não participa muito de formações na área, mas enfatiza sentir falta de atividades práticas nas formações de que participa.

Na concepção da Prof5, ela enfatiza que a formação continuada deve proporcionar subsídios aos professores no seu trabalho, destacando também a questão das atividades práticas, para serem trabalhadas como os docentes.

De acordo com as respostas aqui analisadas, percebe-se que a visão docente sobre as abordagens no processo de formação continuada para os professores de Arte é de suma relevância, haja vista serem necessárias para o processo de ensino-aprendizagem, além de ser uma prática que aperfeiçoa e enriquece o conhecimento profissional. Entendemos que o processo de formação continuada em Arte é um momento de troca e partilha de experiências presenciadas e vivenciadas pelos educadores envolvidos. Destacamos que os encontros pedagógicos são de extrema importância, principalmente quando se tem uma grande parcela de professores ministrando aulas de Arte na Educação Básica, fora de suas áreas de formações.

Tabela 5 - Participação dos professores em formações sobre as linguagens artísticas.

Identificação do Professor	<i>Você participa ou já participou de alguma formação continuada? Se sim, descreva como foi? Essa formação foi especificamente em uma das linguagens artísticas (dança, música, teatro ou artes visuais)?</i>
Prof1	Sim, já participei. Porém em outras áreas do conhecimento. Foram experiências bastantes relevantes para minha atuação profissional na área de educação inclusiva, principalmente. Não participei de nenhuma formação na área de Arte.
Prof2	

	Depois que comecei a ministrar aulas dessa disciplina, participei somente de palestras promovidas pela própria Secretaria Municipal de Educação.
Prof3	Sim, recentemente o Currículo do Piauí (BNCC). De maneira abrangente sobre a BNCC, as competências e habilidades do processo de ensino e aprendizagem, apresentada por meio de vários métodos, entre eles: vídeos aulas, depoimentos e textos fundamentados na BNCC, de acordo com a formação específica. Em artes, em várias linguagens artísticas de acordo com o nível, ou seja, a modalidade do ensino. Contemplando todas as linguagens artísticas (dança, música, teatro e artes visuais).
Prof4	Fiz uma especialização particular em EaD, que abrangia todas as linguagens artísticas e uma licenciatura na área de Artes Visuais pelo PARFOR.
Prof5	Não, ultimamente não. Não nessas linguagens artísticas.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados coletados em jul./2020.

Constatou-se que a maioria das professoras envolvidas na pesquisa não participaram de formações específicas em artes visuais, dança, música ou teatro, mas quatro delas (Prof1, Prof2, Prof3 e Prof4) já participaram ou participam de algum tipo de educação continuada. De acordo com Prof1, ela participou apenas de formações na área de educação inclusiva. A Prof2 destaca que participou somente de palestras promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. Identificamos que apenas as Prof3 e Prof4 já participaram de formações que envolvem as linguagens artísticas. A Prof3 já participou e recentemente participa de uma formação intitulada Currículo Piauí, com foco na BNCC e que contempla todas as linguagens artísticas (artes visuais, dança música e teatro). A Prof4 é a única que é licenciada em artes visuais e se especializou na área de Artes. A Prof5, por sua vez, aborda, timidamente, que recentemente não participou de nenhuma formação voltada para as linguagens artísticas.

Verifiquei que a partir das respostas descritas na Tabela 5, as formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação não são especificamente em alguma das linguagens artísticas, e sim voltadas para a nomenclatura Arte, ou seja, com uma visão polivalente. Em visita a uma das formações pedagógicas em Arte, mediada pelo coordenador de Arte da SEME, em fevereiro de 2020, o tema trabalhado nesse encontro pedagógico foi “unidade temática Arte na BNCC, suas competências e habilidades”. De acordo com o documento da BNCC (2017, p.193), “o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: artes visuais, dança, música e

teatro. Essas linguagens articulam saberes e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas”. Sem dúvidas, é importante a discussão sobre a BNCC e suas implicações no ensino de Arte, mesmo porque é um documento que foi implantado recentemente pelas secretarias de educação de todo país.

Nesse sentido, é necessário abordar a relevância que as linguagens artísticas têm para o ensino da Arte no Ensino Fundamental, compreendendo que elas possibilitam promover uma aprendizagem eficaz e significativa aos discentes. Em concordância com Pillotto (2007, p.21), “as linguagens da arte contribuem para as construções e vínculos afetivos do aluno, e ao mesmo tempo em que lhe permite flexibilidade e interesse no engajamento em atividades sociais e culturais”. A prática das linguagens artísticas na escola, focando no Ensino Fundamental II, proporciona ao aluno a possibilidade de expressar suas ideias e seus dons artísticos durante o processo didático.

Tabela 6 – As formações continuadas afetam em suas ações de sala de aula.

<i>Identificação do Professor</i>	<i>Você considera que a formação continuada afeta nas suas ações em sala de aula? Se você considera que afeta, como isso se traduz no cotidiano da sala de aula?</i>
Prof1	Afeta sim, pois geralmente procuro pôr em prática o que foi estudado na teoria, fazendo testes e adaptações que, com certeza, melhoram o aprendizado dos discentes.
Prof2	Sim, bastante. Isso deixa o professor mais seguro e apto a alcançar os objetivos em sala de aula, que é uma necessidade constante no cotidiano escolar.
Prof3	Sim, as formações continuadas conduzem os professores a uma ação reflexiva, após o desenvolvimento da sua prática. Os docentes poderão reformular as atividades, repassando os pontos positivos e negativos, buscando, assim, dá um significado eficiente e eficazes nas suas práticas diárias.
Prof4	Acredito que a formação continuada tenha até mais eficácia que a formação inicial, pelo fato de estarmos em exercício da profissão e já conhecermos a realidade, as dificuldades e problemas de uma sala de aula real. A formação continuada serve para nos dar uma renovada na forma corriqueira de ministrar nossas aulas, trazendo novas ideias ou até mesmo resgatando algumas que ficaram esquecidas lá na formação inicial.
Prof5	

	Sim, quando o professor participa de formações continuadas, ele se sente mais seguro, cria-se um paralelo entre a teoria e a prática em sala de aula.
--	---

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com os dados coletados em jul./2020.

Por unanimidade, as professoras consideram que a formação continuada afeta, sim, suas ações em sala de aula. A Prof1 aborda que procura pôr em prática as teorias estudadas. A Prof2 entende que o docente se sente mais seguro e apto a alcançar os objetivos em sala de aula, além de entender que essas formações são uma necessidade na vida profissional do educador. De acordo com Prof3, as formações continuadas norteiam professores a uma ação reflexiva, buscando dar um significado eficiente e eficaz nas suas práticas diárias. Ressaltam, no conjunto das declarações, que a educação continuada colabora para a construção da autonomia docente, levando o professor a repensar sua própria prática em sala de aula.

Diante da resposta da Prof4, pode-se constatar que a docente acredita que a formação continuada tem mais eficácia que a formação inicial. Ela destaca que a formação continuada serve para renovar (atualizar) nossos conhecimentos e para inovar as nossas metodologias de ensino. Conforme Tardif (2011, p. 36), “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações”. Depreende-se que novas ideias e saberes diferentes contribuem, de fato, para a prática docente em sala de aula, principalmente no que tange ao ensino de Arte na Educação Básica. A Prof5 aborda que quando o professor participa de formações continuadas, ele se sente mais seguro para criar uma relação entre a teoria e a prática dos conteúdos em sala de aula.

Acredita-se que os benefícios dos cursos de capacitações, aperfeiçoamentos, encontros pedagógicos e similares influenciam os desdobramentos da prática docente em sala de aula. Pode-se destacar que essas abordagens são momentos de motivar e inserir os docentes em contato com discussões de temas atuais, com a finalidade de serem desenvolvidas novas metodologias e ideias, especialmente para aulas práticas. Segundo Bergamini (2008, p. 108), “a motivação trata-se, portanto, de uma fonte de energia que estimula o indivíduo à ação”. Enfim, a motivação profissional deve ser encarada como uma causa em que o educador precisa estar preparado para motivar seus alunos em suas práticas pedagógicas.

Tabela 7 - Resposta a questão problema: Quais seriam, na avaliação desses docentes, as dificuldades e as potencialidades dessas formações para o ensino de Artes Visuais?

Identificação do Professor	<i>Quais seriam, na sua percepção como professor de Arte, as dificuldades e as potencialidades das formações para o ensino de Artes Visuais? As dificuldades são contempladas nas ações de formação continuada?</i>
Prof1	As dificuldades das formações nessa área especificamente é o investimento, pois a rede pública, muitas vezes, não oferta e quando ofertam é uma formação continuada precária, com profissionais que muitas vezes nem tem muito conhecimento sobre as temáticas propostas. As potencialidades são percebidas quando o que se é ministrado nas formações tem embasamento enfático e profissional dos ministrantes de cada temática trabalhada.
Prof2	Tem dificuldades, a Secretaria Municipal de Educação não dispõe de profissionais formados nessa Área que possam dar apoio específico aos professores de arte. Por essa razão, o professor precisa buscar meios que possam garantir o aprendizado dos alunos, sem contar que 90% dos mesmos têm pouco ou nenhum acesso a fontes de pesquisa que possam auxiliá-los neste sentido, ficando assim tudo por conta da habilidade do professor. As potencialidades seriam novas ideias e métodos de ensino para aplicarmos em sala de aula.
Prof3	Fundamentado na lei: 9.394/96, a arte é considerada como componente curricular obrigatório na educação básica. Pois, a arte faz parte da vida humana. Pelos vestígios arqueológico, podemos ver, sentir e provar. Mas as dificuldades existem, sim, talvez a interdisciplinaridade com as demais áreas e recursos materiais. As potencialidades partem das capacitações profissionais, muitas vezes, a formação inicial deixa a desejar e precisamos nos virar pra dar uma boa aula de Arte.
Prof4	A dificuldade já começa na nossa formação inicial, por não contemplar todas as áreas artísticas e quando vamos dar aula temos que trabalhar todas elas. Muitas vezes, nos deparamos com conteúdo ou habilidades que não dominamos. Outra dificuldade é com relação aos materiais e espaços para a realização das atividades. Muitas atividades práticas exigem materiais que as escolas não disponibilizam e os alunos muitas vezes não têm condições de comprar. O que impossibilita a realização de muitas atividades.
Prof5	A maior dificuldade é na questão das atividades práticas que são desenvolvidas na sala. Faltam mais formações práticas, oficinas de formação para o professor. É difícil falar de algo sem se ter a noção de como se faz. Ex.: Pintura, escultura, teatro, música etc...

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com os dados coletados em jul./2020.

Em consonância, todas as professoras entendem que há dificuldades em ministrar o componente curricular Arte no Ensino Fundamental II. Muito provavelmente, essas dificuldades não são restritas apenas ao ensino de Arte, mas

também aos demais componentes curriculares. Além das dificuldades, há o desafio por parte de alguns professores que têm a incumbência de ministrar aulas de Arte sem terem notórios conhecimentos na área, haja vista que boa parte desses docentes são formados em outros campos do saber. Isso faz com que haja uma desmotivação do professor em suas práticas de sala de aula.

A resposta da Prof1 nos chama atenção ao destacar que as formações continuadas, muitas vezes, não são ofertadas nas áreas específicas, e quando há capacitação voltada para cada componente curricular, esta ocorre de forma precária. A Prof2 ressalta que a Secretaria Municipal de Educação não dispõe de profissionais formados na área de Artes, que possam dar apoio específico aos professores dessa disciplina. Ela salienta que o professor precisa buscar outros meios que possam garantir a aprendizagem do aluno, dependendo da habilidade do docente. Nesse sentido, a Prof3 também confirma que há dificuldades e que elas existem justamente para que o educador possa descobrir novas possibilidades e potencialidades provocadas pelas formações continuadas, em especial no campo das Artes.

De acordo com a Prof4, a dificuldade começa na formação inicial, por não contemplar todas as linguagens artísticas, destacando que, na prática, as aulas de Arte devem abordar todas as linguagens. A professora alega que muitas vezes se depara com conteúdos ou habilidades sobre os quais não tem domínio. Ressalta a falta de espaço apropriado para a realização de aulas práticas e de materiais, os quais não são disponibilizados pela escola, o que impossibilita a realização de muitas atividades práticas. Conforme a Prof5, a dificuldade em realizar atividades práticas tem reflexos na sala de aula, e por isso ela defende a necessidade de formações práticas para os docentes, como oficinas, por exemplo. Para que essas formações pedagógicas sejam de forma contínua seria necessário considerar as particularidades e dificuldades vivenciadas pelos professores de Arte no seu contexto escolar.

Somente as Prof1, Prof2 e Prof3 responderam sobre a questão das potencialidades da formação continuada para o ensino de Arte. De acordo com a Prof1, essas potencialidades são percebidas quando a temática ministrada nas formações tem embasamento enfático e profissional por parte dos ministrantes de cada tema trabalhado. Para a Prof2, as potencialidades seriam novas ideias e métodos de ensino para serem aplicados em sala de aula. Conforme a Prof3, as potencialidades derivam de capacitação profissional, já que muitas vezes a formação inicial deixa a desejar neste aspecto.

Em concordância com Imbernón (2010, p.47), “a formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições”. As potencialidades das formações, além de fortalecerem as práticas pedagógicas para o ensino de Arte, fortalecem ações e contribuições positivas na construção de saberes necessários para os professores em suas práticas diárias de sala de aula.

As informações respondidas pelas participantes na pesquisa apontam que os impactos das formações continuadas fortalecem a qualidade das aulas, facilitando a superação das dificuldades encontradas ao ministrar o componente curricular Arte, em especial no Ensino Fundamental II. Evidenciamos que, de acordo com o informado pelas professoras, essas capacitações em Artes, ofertadas pela rede municipal de ensino, precisam ser revistas, no sentido que contemplem todos os docentes que ministram essa disciplina na Educação Básica, salientando que a atualização profissional é relevante para qualquer profissional.

Tabela 8 – Participação em curso na modalidade EaD ou pelo PARFOR.

<i>Identificação do Professor</i>	<i>Você já fez ou faz algum curso na modalidade de educação a distância ou pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica? Se sim, qual curso?</i>
Prof1	Já fiz na modalidade à distância, cursos de aperfeiçoamento em Libras e capacitação da Rede Nacional de Certificadores para o ENEM. Pelo Programa Nacional de Professores da Educação Básica, fiz a graduação em Letras Libras.
Prof2	Sim, o curso Currículo do Piauí, que traz conhecimentos atuais sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).
Prof3	Sim, já tive experiência profissional na minha especialidade pela EaD, polo de Picos da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em gestão e educação ambiental. E recentemente o Currículo do Piauí.
Prof4	Fiz uma especialização em EaD, em Metodologia do Ensino da Arte e uma licenciatura em Artes Visuais pelo PARFOR.
Prof5	Não pretendo fazer

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com os dados coletados em jul./2020

De acordo com as repostas obtidas na pesquisa, é possível perceber que quatro das cinco professoras já fizeram algum tipo de curso de graduação ou especialização, quer tenha sido na modalidade de educação a distância ou através do

Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), além de duas docentes terem afirmado que já participaram do curso “Currículo Piauí”, ministrado via plataforma online.

Como proponente dessa pesquisa e por fazer parte do quadro de professores efetivos da rede municipal de ensino de Picos, posso abordar que também participei desse curso de formação online, intitulado “Currículo Piauí”, o qual foi realizado por meio de parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí (SEDUC) e as secretarias municipais de todo o estado. Esse curso foi ministrado através de plataforma de educação a distância (EaD) e teve como finalidade atualizar os docentes de todas as áreas do conhecimento sobre a BNCC, possibilitando trabalhar as competências e habilidades de ensino inerentes a cada área do conhecimento. Com relação ao ensino via EaD, podemos concordar que esse modelo:

[...] tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino, no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos, no Brasil, onde o seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: alunos e professores separados por certa distância e, as vezes pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha ideia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes (NISKIER, 2000, p. 49).

No início, o modelo de Educação a Distância no Brasil era desacreditado e até rejeitado pela sociedade, mas com o passar do tempo essa modalidade de ensino vem ganhado espaço e credibilidade, principalmente nesse momento em que o mundo está vivenciando a pandemia da Covid-19. Os profissionais da Educação Básica precisam se reinventarem e se adaptarem às tecnologias digitais do ensino a distância e até mesmo a conviverem com o ensino remoto, que pode ser implantado parcialmente na Educação Básica após essa atual experiência. Na nossa função docente, precisamos estar preparados tanto para o ensino tradicional como para o ensino remoto, tendo em vista que a educação é um setor que não pode parar e nem tão pouco se prender a uma única forma de abordagem.

Tabela 9 - Repensar a formação continuada em Arte de maneira inovadora.

Identificação do Professor	Como repensar a formação continuada de professores de arte de maneira inovadora?
Prof1	Primeiramente, as secretarias de educação e suas equipes precisam repensar o que eles estão oferecendo para os professores, depois elaborar um plano de formação buscando principalmente por temáticas

	que os próprios docentes necessitam e que tenham interesse. Nesse sentido, também é preciso que os profissionais ministrantes das formações continuadas sejam pessoas capacitadas nas áreas específicas das linguagens artísticas que, são o foco da BNCC para o ensino de Arte.
Prof2	Para isso, o professor deve ter o domínio das novas tecnologias, habilidade profissional e o conhecimento do professor no que se refere às potencialidades dos seus alunos.
Prof3	É proporcionar aos docentes formações continuadas, para que possibilitem oportunidades de interagir sempre com novos saberes, novos desafios e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no uso das tecnologias tão significativas para as nossas gerações.
Prof4	Antes de pensar em uma forma inovadora, acredito que seria interessante se pensar em algo mais abrangente para podermos ter mais professores habilitados a ministrar a disciplina. Ainda hoje, a disciplina é tratada apenas como um complemento para professores formados em outras áreas. Percebe-se que, aqui mesmo no município e na macrorregião são poucos os professores formados em Arte. As aulas ministradas tanto nas escolas públicas, como nas escolas particulares, em sua maioria, são ministradas por professores de outras áreas. Então é difícil se pensar em uma formação continuada na área quando não se tem nem a formação inicial.
Prof5	Proporcionando cursos de formação a nível superior (Picos não tem). Oficinas práticas (músicas, poesias, literatura de cordel, teatro etc...).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com os dados coletados em jul./2020.

Em concordância com Torre (2008, p. 88), “o professor criativo desperta o interesse do aluno pelas Artes, tornando-o sensível a essa forma de comunicação. Cabe, pois, afirmar que, sucessivas vezes a sensibilidade aos problemas está relacionada ao fator da criatividade”. Ademais, o professor inovador é aquele que procura entender as dificuldades e as potencialidades, pensando sempre no bem estar de todos.

De acordo com o ponto de vista da Prof1, para repensar a formação continuada em Arte, a secretaria de educação precisa refletir sobre o que estão oferecendo e, depois, elaborar um plano de formação, buscando por temáticas que contemplem a demanda docente. Ela destaca que os ministrantes das formações sejam pessoas capacitadas na área. Na visão da Prof2, o professor deve ter domínio das novas tecnologias, conhecimento e habilidade profissional para desenvolver suas práticas. Na perspectiva da Prof3, repensar as formações seria proporcionar aos docentes

oportunidades de interagir com novos saberes, desafios e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, incluindo as tecnologias, que são significativas em nossas vidas.

Para repensarmos uma formação eficaz, corroboramos com o que abordou a Prof1, ao destacar que os profissionais (mediadores das formações) que integram o sistema de ensino devem refletir sobre o que está sendo ofertado, a fim de que a partir dessa reflexão se possa construir um modelo eficaz de formação docente. Entende-se que o processo de formação continuada, quando é ofertado com qualidade, torna-se algo mais pertinente e proveitoso para todos os envolvidos. Para isso, existe a necessidade dos gestores e mediadores proporem ações conjuntas com esses professores que ministram aulas de Arte na rede municipal de ensino de Picos-PI, para que essas formações, do ponto de vista dos temas e das formas de abordagem, sejam pertinentes às necessidades de capacitação desses professores e daquilo que eles precisam para ampliar, inovar e aprimorar suas ações em sala de aula, de modo a tornar a sua didática mais eficiente, eficaz e prazerosa aos alunos.

Na concepção da Prof4, pensar em uma formação inovadora seria pensar em algo mais abrangente. Para isso, ela retoma novamente a questão de que ainda, nos dias atuais, a disciplina é tratada apenas como um complemento para professores formados em outras áreas, e aborda também que, no município e na macrorregião de Picos, ainda são poucos os professores formados na área de Artes. A Prof5 acredita que proporcionar cursos de formação de nível superior e oficinas práticas, seria uma alternativa para repensar essas formações continuadas. Como ressalta Saviani (1989, p.23), “inovador é o que se opõe ao tradicional”. Pensar em uma formação continuada inovadora na área de Artes é aceitar desafios e um momento de interação e de construção de novas práticas desafiadoras para o ensino desse componente curricular no ensino fundamental II.

3.4 Exploração do material

Nesta etapa, foi realizada a exploração do material da pesquisa. As informações coletadas junto ao professorado foram analisadas com ajuda do *software Word Art*, que é um programa que tem como finalidade auxiliar a análise de dados qualitativos, quando se tem um grande volume de informações textuais. Para isso, optou-se pela análise de conteúdo, por ser um conjunto de técnicas de análise de

com o pesquisador para potencializar o resultado almejado. Dentre as palavras mais citadas estão respectivamente: formação continuada, secretaria de educação, professores, ensino de arte, PARFOR, BNCC, Currículo Piauí entre outras. Entendemos que as palavras mais citadas estão diretamente relacionadas com o foco da pesquisa, além disso, por fazerem parte do cotidiano profissional dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A palavra-chave mais frequente foi *formação continua*, possivelmente por está diretamente relacionada com o tema da pesquisa e devido a formação oferecer aos docentes uma oportunidade de conhecer novas definições que ampliem o seu desenvolvimento profissional que proporciona ao professor oferecer suas práticas pedagógicas de maneira mais segura e competente. Outra palavra bastante citada foi *Secretaria de educação*, entendendo que os sujeitos envolvidos na pesquisa compõem o quadro de docentes da instituição.

A palavra *professor*, é outro descritor que está diretamente ligado ao tema de pesquisa, compreendendo que a imagem docente está cada vez mais relacionada ao processo de ensino e aprendizagem. As palavras PARFOR, BNCC e Currículo Piauí aparecem como bastante frequência nas respostas do professorado por fazerem parte do processo de formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Picos-PI.

Por outro lado, as palavras de menor tamanho na nuvem não significam que sejam menos relevantes, apenas tiveram poucas citações pelos professores. Conforme Bardin (2011, p.100), “as palavras que se repetem com muita frequência são recortadas do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados”. Pode-se destacar que as palavras destacadas são as mais mencionadas pelo professorado pesquisado, em resposta às perguntas sobre formação continuada de professores de Arte, ofertadas pelo Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI.

Enfim, vale ressaltar que a utilização do software serviu para facilitar e filtrar uma grande quantidade de dados qualitativos, exigindo uma interação entre o pesquisador e o software. Os resultados produziram palavras-chaves significativas para a construção da nuvem de palavras. A técnica de exploração das palavras permite explorar o espaço semântico e dinâmico do texto com o objetivo de demonstrar a relevâncias das palavras utilizadas nas respostas obtidas na pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Durante a construção dessa dissertação, tivemos a oportunidade de conhecer diversos aportes teóricos de autores diferentes para a conclusão desse estudo. Com base no referencial teórico contemplado nessa pesquisa, confirmamos que a formação continuada em Arte precisa ser entendida como um instrumento que auxilia os docentes na busca de novos conhecimentos e metodologias para suas práticas em sala de aula.

Em resposta às questões-problemas dessa pesquisa, pode-se complementar que, de acordo com as respostas da maioria dos participantes da pesquisa, o sistema de ensino investigado oferta formações continuadas em Arte por meio de cursos de formação a cada semestre letivo e também através de encontros pedagógicos a cada bimestre nos dias de sábados letivos, além de outras parcerias com instituição de ensino e programas como o PARFOR e o curso Currículo Piauí. De acordo com os professores pesquisados, identificamos algumas divergências nas respostas informadas, no sentido de que umas afirmam que as formações acontecem em forma de encontros pedagógicos e outras professoras desconhecem a oferta dessas formações continuadas em Arte pela rede de ensino. Como afirma Vasconcelos (2011, p. 52), “a formação inicial e continuada para o professor que leciona artes visuais na Educação Básica é instrumento essencial na construção de sua didática”. A educação continuada em Arte pode ser relacionada com as ações do professor em sua prática transformadora em sala de aula.

Com relação à participação e avaliação desses docentes em formações continuadas em Arte, identificamos respostas subjetivas, como foi o caso destacado pela Prof1 em sua resposta, quando enfatizou que o sistema de ensino deve refletir sobre o que está sendo ofertado nessas formações para se ter algo eficaz. Compreendo que realmente existe a necessidade de uma reflexão em repensar essas formações em Arte ofertadas pela rede de ensino de Picos. Porém, para se ter algo mais agradável e prazeroso aos professores deve-se repensar a necessidade dos gestores e mediadores proporem ações conjuntas com esses professores que ministram aulas de Arte no Ensino Fundamental II, porque avaliar é sempre uma questão suscetível.

Segundo Hoffmann (2003), “o estudo sobre avaliação nos cursos de formação de professores esteve focado em teorias de medidas educacionais: o aprendizado

gerava em torno de como fazer provas e como atribuir notas”. Pode-se ressaltar que essa postura de avaliar perdura até os dias atuais, entende-se que o processo de avaliar no contexto educacional está mais relacionado ao ato de julgar do que mesmo pautado numa reflexão ou reorientação no sentido de mostrar caminhos para solucionar os problemas.

No que concerne às dificuldades e às potencialidades dessas formações continuadas no âmbito do ensino de Arte, podemos entender que essas abordagens de educação continuada necessitam ser repensadas e dialogadas com todos os sujeitos envolvidos. Fundamentado nas respostas dos participantes desse estudo sobre as principais dificuldades, algumas delas podem ser citadas, tais como: formações precárias, falta de materiais, espaço para realizar atividades práticas nas escolas e ausência de formações continuadas mais práticas. Compreendemos que os problemas enfrentados pelos professores podem levar a uma desmotivação em suas práticas profissionais, entendendo que muitos desses educadores já vêm de formações fragilizadas e com condições de trabalho precárias. Em referência às potencialidades analisadas pelos participantes, é notório que eles foram mais sugestivos em abordar que as potencialidades seriam novas ideias e métodos de ensino para serem aplicados em suas práticas pedagógicas. Constatamos que o primeiro impacto de uma formação continuada para professores de Arte seria o fortalecimento da motivação do próprio educador, porque essas capacitações, cursos, encontros pedagógicos são abordagens de formações continuadas que estimulam novos debates, reflexões e troca de conhecimentos que serão compartilhados em sala de aula.

A educação continuada para educadores na área de Arte pode possibilitar a construção do conhecimento e contribuir para as ações docentes com novas metodologias de ensino. Defendemos que a formação deve ser realizada em diferentes etapas, possibilitando ao professor um mecanismo de aperfeiçoamento e de valorização no ensino de Arte em todo ensino fundamental. Em concordância com Ferreira (2006, p. 19), “a formação continuada é uma realidade no panorama educacional de todo o país, não só como uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência, mas como uma nova categoria que passou a existir no mercado da formação continuada”. Essas formações são implementações de políticas públicas educacionais que estão contempladas no Plano Nacional de Educação em sua meta

16, que garante a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação.

Enseja-se que os resultados dessa pesquisa poderão servir de parâmetro e reflexão para gestores e professores entenderem sobre a relevância do componente curricular Arte no Ensino Fundamental e que essas formações continuadas são ferramentas que auxiliam os professores com suas dificuldades ao ministrarem Arte no sistema escolar. Em relação à percepção dos professores sobre as formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI, as informações apontam que existe uma insatisfação por parte de alguns docentes sobre a forma como estão sendo realizadas as ações de formação na área de Arte.

Nessa perspectiva, sugerimos que essas formações em Arte ofertadas pela SEME-Picos-PI precisam ser repensadas pelos gestores e professores, que nutrem um olhar mais concentrado na formação continuada de professores em Arte, para que seja possível buscar meios e soluções que visem cada vez mais à melhoria da oferta dessas capacitações. Pode-se constatar que as capacitações, nos formatos de oficinas, palestras, encontros, cursos de aperfeiçoamento e similares, sejam meios para que o professorado possa conhecer técnicas e práticas que estimulem a troca de conhecimentos, além de soluções para enfrentar os principais desafios e dificuldades do professorado ao ministrar aulas de Arte no ensino fundamental. Para as formações mais práticas, ou nos formatos de ateliês, indicamos as oficinas de leituras de imagens de obras de arte de artistas renomados e regionais, utilizando métodos de leitura de imagens, com a finalidade de compreender os signos que estão difundidos nas obras de arte. Entendemos que a leitura de uma obra de arte é bem mais que decodificar palavras, é entender os códigos que fazem parte das nossas vidas e que ajudem a ter um olhar artístico e cultural mais aprofundado.

Enfim, os resultados desse estudo nos mostram as dificuldades e os impactos que as formações proporcionam aos professores de Arte em suas práticas pedagógicas. No resultado da aplicação do questionário aos docentes é possível constatar várias situações e adversidades que interferem no trabalho do professorado de Arte no Ensino Fundamental, que, muitas vezes, precisamos levar em consideração.

Portanto, essas formações ainda necessitam de um processo reflexivo, de maneira a potencializar os educadores com o intuito de reverem suas atuações pedagógicas. Almejamos que essa pesquisa amplie a discussão sobre formação

continuada de docentes em Arte na rede de ensino de Picos-PI, levando em consideração a realidade, as demandas de cada escola e as necessidades do professorado. É possível assegurar que as políticas educacionais relacionadas à educação continuada são de suma relevância e bastante significativa para a qualidade do ensino. Conclui-se que de fato a formação continuada quando ofertada na área de atuação do professor, agregam novos conhecimentos teóricos, práticos e oportunizam a interlocução de experiências, além de fomentar mudanças significativa na prática docente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:2018**: Informação e documentação: Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, segunda edição, ABNT, 2018.

ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. **Ensino de arte**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Redesenhando o desenho**: educadores, política e história. São Paulo: Cortez, 2015 a.

_____. **A imagem no ensino da arte**: anos 1980 e novos tempos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.

_____. **Análise de conteúdo**. Tradução: REGO, L. de A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70, 2006.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: **Fundamentos Pedagógicos e Estrutura Geral da BNCC**: versão 3, Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.capes.gov.br>. Acesso em 15 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. **Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 5, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115391809/dou-secao-1-10-05-2016-pg-5>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>.

BRASIL. Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010. **Altera a Lei nº 9.394/96 no tocante ao ensino da arte**. Diário Oficial da União, Brasília, 2010c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12287.htm >. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do artigo 26 da Lei nº 9.394/96. **Ensino da arte**. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil> >. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Educação**: Lei n. 13.005/14. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/pdf/pne>>. Acesso em: 02 fev.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/para-a-formacao-inicial-em-nivel-superior-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

BRASIL. **MP 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, set. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 07 maio de 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 7.032-A, de 2010**. Altera a LDB 9.394/96, para instituir, como conteúdo obrigatório no ensino de Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas. Legislação Câmara dos Deputados. Brasília, 2010b. Disponível em: <Disponível em: <http://www.camara.leg.br/sileg/integras/751816.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Formação Superior para a Docência na Educação Básica**. Portal Ministério da Educação, Brasília, 2002.<Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (Secretaria de Educação Fundamental). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Brasília: MEC/SEF, v. 6, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica** - Brasília: MEC, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores: Tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti (Org.) **Formação de professores: tendências atuais**. 3º ed. São Carlos: EDUFSCar, 1996. P. 139-152.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: editora McGraw-Hill, 1976.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

CRESWELL, John W. **Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Ed. Traduzido por Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, Ana Maria Lorio. Leitura e (auto)formação: caminhos percorridos por docentes na educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá (Org.). **Docentes para a educação superior: processos**

formativos. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 71-100.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T; FUSARI, Maria F. de Rezende. e. **Metodologia do ensino de arte:** fundamentos e proposições. São Paulo- SP: Cortez, 2ª ed. 2009.

_____. **Arte na Educação Escolar.** São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Formação continuada e Gestão da educação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA DA SILVA, Maria Cristina da Rosa; BUJÁN, Frederico. Políticas Públicas de Formação Docente em Artes: perspectivas em duas realidades, Brasil e Argentina. In: FONSECA DA SILVA, Maria Cristina Rosa; SANTOS, Vera Márcia Marques. **Formação Docente e Políticas Públicas:** cenários de desafios. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2016. P. 11-31.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo.** 4ª edição. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. PNE e formação de professores: contradições e desafios. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Marcelo Carlos. **Formação de Professores:** para uma mudança educativa. Lisboa: Porto Editor. 1999.

GATTI, Bernadette Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO/MEC, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual:** transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HERNANDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOFFMANN. Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora:** uma pratica em construção da pré-escola à Universidade. 27.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

HOFFMANN, Traudi. **Formação continuada de arte/educadores nos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica de Mato Grosso (2009 – 2010).** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2012.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte:** sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional 2018 IBGE-Educação**. 2019. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/picos/panorama>. Acesso em: 26 fev. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de formação: a construção da identidade do professor sobrando. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, CEDES, v. 20, n. 68, p. 163-183, dez. 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1994, p.195.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5º ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. L. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MARQUES, Dorli João Carlos. **Trabalhos acadêmicos: normas e fundamentos**. EDUA: Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2ª edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MENEZES, Iany Bessa Silva. Formação Continuada de Professores no Município de Caucaia: entre a Formação e a Prática do Ensino de Arte na Educação Infantil. 2013. 172f. **Dissertação de mestrado** (Programa de Pós-graduação em Educação) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

MORETTI, Isabella. **“Regras da ABNT para TCC: conheça as principais normas”**. 2019. Disponível em: <https://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc-conheca-principais-normas>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

MUSEU OZILDO ALBANO. **Conheça o Piauí**, Picos-PI, 11 de março de 2019. Disponível em: <https://www.conhecaopiaui.com/noticia/visite-o-museu-ozildo-albano-um-importante-acervo-historico-em-picos>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

NASCIMENTO, Erinaldo. A. do; SOUZA, I. B. L. de; CAMARA, R. A. Faça arte, crianças! As artes visuais na Educação Infantil da Escola Básica da UFPB. 20 ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS. Rio de Janeiro. **Anais do 20 Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Rio de Janeiro: ANPAP, 2011. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/ceav/idalia_beatriz_lins.pdf. Acesso em 15 de maio de 2019.

NASCIMENTO, Erinaldo. A. do; SOUSA, I. B. de; COELHO, C. T. **Um mundo encanta/dor nas visualidades da educação infantil**. In: MARTINS, Raimundo;

TOURINHO, Irene (orgs.). Educação da cultura visual: aprender... pesquisar.... ensinar. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015. p. 263-287.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: a tecnologia da esperança**. 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 2000.

NOBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; THERRIEN, Jacques. O estado da questão: aportes teórico-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho; NÓBREGA THERRIEN, Silvia Maria (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes**: caminhando no labirinto. Fortaleza: EdUECE, 2010. (Coleção Métodos de Pesquisa).

NÓVOA, Antônio. Professor se forma na escola. **Revista Nova Escola**. Ed. Abril. Edição nº 154, agosto/2002, p. 23.

_____. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Educa. Lisboa, 2002.

NUNES, Ana Luiza Ruschel. O Ensino de Arte na Educação Básica. In: Congresso Nacional da Federação dos Arte/Educadores do Brasil, 2007, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas, PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. A formação inicial do professor de artes visuais: o caso da UFSM. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL, 17., 2008. **Anais...** Florianópolis: CONFAEB, Ed. da UDESC. p. 1-15.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 3ª edição revista e ampliada. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

PALMA FILHO, João. Cardoso. **Política educacional brasileira**: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: Cte Editora, 2005.

PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte. **Linguagens da arte na infância**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2007.

PIMENTA, Selma, Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2000.

SARDELICH, Maria Emília. Formação inicial e permanente do professor de arte na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, nov.2001, n.114, p.137-152.

SALA, Gislene dos Santos Sala. **Arte no Espaço Educativo Escolar**: Relação entre Obrigatoriedade e Reconhecimento. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, W. E. (org). **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, p. 15-29, 1989.

SENA, A. dos Santos. **Formação Continuada e o Processo de Desenvolvimento Profissional de Professores**. Itaituba-Pará, p.1 - 6, 24 jun. 2011. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID12859_19082016160646.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **O professor como artista**. In: GADOTTI, Moacir (org). Paulo Freire: Uma biobibliográfica. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996. p. 509.

SOUSA, Jane Bezerra de. O ensino municipal e o ensino privado em Picos (1929-1949). In: **II encontro interdisciplinar de pesquisa em Picos**. Picos: EDUFPI, 2006.

SOUZA, José Reinaldo Tavares de. Formação continuada em Música na rede pública municipal de educação de João Pessoa: percepção dos professores frente às demandas de atuação.2018. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Música). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 12ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.Conforme Manual de Normalização da UNICRUZ. Disponível em:<<https://home.unicruz.edu.br/comissaoeditorial/#manual-editorial>>. Acesso em 02 de Junho de 2020.

TORRE, Saturnino de La. **Criatividade Aplicada**: recursos para uma formação criativa. Tradução WIT Linguagens. São Paulo: Madras, 2008.

VASCONCELOS, Flávia Maria de Brito Pedrosa. Narrativas no ensino de artes visuais em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. 2011. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

APÊNDICE - B –ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR

INFORMAÇÕES PESSOAIS
Idade: _____
Sexo: _____
Estado civil: _____
Formação Inicial (graduação): _____
Pós-Graduação: _____
Qual escola você trabalha? _____
Tempo de serviço em sala de aula? _____
Tipo de vínculo empregatício? _____

- 1- É ofertado formação continuada para professores de arte?

- 2- O sistema de ensino oferta alguma formação continuada por meio de plataforma virtual?

- 3- Existe algum evento de maior relevância que a secretaria de educação realiza durante o ano letivo?

- 4- Os professores tem alguma resistência em participarem das formações continuadas em artes?
.

- 5- Como você avalia a participação dos professores que ministram o componente curricular Arte nos anos finais do Ensino Fundamental nas formações continuada?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado Senhor(a)

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **“Formação Continuada de Docentes em Artes Visuais em Picos-PI”** desenvolvida por **Fábio Pereira da Silva**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Centro de Comunicação Turismo e Artes da Universidade Federal do Paraíba-UFPB, sob orientação do Professor Dr. Erinaldo Alves do Nascimento – PPGAV/UFPB.

O presente estudo tem como objetivo geral: Analisar e compreender a participação e avaliação dos docentes que ministram o componente curricular Arte em formações continuadas no Sistema Municipal de Ensino da cidade de Picos-PI. e como objetivos específicos: Traçar o perfil dos docentes que ministram aulas de Arte no Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI; Identificar como a formação continuada de docentes que trabalham com Artes Visuais vem sendo ofertada no Sistema Municipal de Ensino da cidade de Picos-PI; Distinguir os tipos de abordagens de formações continuadas que os docentes Arte vêm recebendo ou recebem na cidade de Picos-PI; Elucidar a avaliação dos docentes que trabalham com artes visuais sobre suas participações no programa de formação continuada do Sistema Municipal de Ensino de Picos-PI.

A realização desta pesquisa justifica-se entre outros motivos pelo fato de também fazer parte do quadro de docentes efetivos da Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI. E entender a relevância desse tema para todos os docentes que ministram o componente curricular Arte na Educação Básica.

A participação do (a) senhor (a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, para que isso não venha a ocorrer, será escolhido um local privado, sem a interferência de pessoas alheias ao estudo, entretanto, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 CNS, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento rubricada a primeira página e assinada a última por mim e pelo pesquisador responsável, em duas vias, de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador responsável.

Picos - PI, 23 de maio de 2020

Fábio Pereira da Silva
Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa

Endereço do Pesquisador Responsável:

Rua Monsenhor Hipólito, 1976, Canto da várzea, CEP – 64600-152 em Picos-PI. (89) 999241309 - E-mail: fabyo7054@gmail.com

Endereço do Orientador:

Erinaldo Alves do Nascimento – Residente na Av. Oceano Índico, 64, ap.502, intermarés- CEP 58102-222 - Cabedelo-PB – E-mail: erinaldoalves2011@gmail.com

Endereço do Comitê: Endereço:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PICOS-PI

Endereço: Rua Monsenhor Hipólito, 1648 - Canto da Várzea,
Picos - PI, 64600-104

TERMO DE ANUÊNCIA

“Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada: **“Formação Continuada de Docentes em Artes Visuais em Picos-PI”**, a ser desenvolvida pelo aluno **Fábio Pereira da Silva** do **Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Centro de Comunicação Turismo e Artes**, da **Universidade Federal da Paraíba**, sob orientação do Prof. Dr. Erinaldo Alves do Nascimento, nesta instituição.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para garantia de tal segurança e bem-estar.

Igualmente informamos que para ter acesso à coleta de dados nesta instituição, fica condicionada à apresentação à direção da mesma, da **CERTIDÃO DE APROVAÇÃO (PARECER CONSUBSTANCIADO) DO PRESENTE PROJETO (PROTOCOLO DE PESQUISA), PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA QUE ANALISOU E APROVOU O MESMO**. Tudo como preconiza as Resoluções 466/12, Resolução 510/17 e a Norma Operacional 001/13, todas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Picos-PI, 26 de maio de 2020.

Samara de Sousa dos Martins

Assinatura do Responsável

Nome completo: *Samara de Sousa dos Martins*

CPF: *882.208.263-04*

Samara de Sousa dos Martins
CPF: 882.208.263-04

Secretaria Municipal de Educação
de Picos - PI
CNPJ - 02.289.047/0001-42

CNPJ: 02.289.047/0001-42